



**Universidade de Brasília  
Faculdade de Direito**

MARINA SEPÚLVEDA RODRIGUES SATO

**A AUTONOMIA DA IGREJA E A SUA RELEVÂNCIA JURÍDICA  
PARA O ESTADO LAICO**

*THE CHURCH AUTONOMY AND IT'S LEGAL RELEVANCE OVER STATE'S SECULARISM*

Brasília  
2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

**A AUTONOMIA DA IGREJA E A SUA RELEVÂNCIA JURÍDICA  
PARA O ESTADO LAICO**

Autora: Marina Sepúlveda Rodrigues Sato

Orientador: Prof. Dr. João Costa Neto

Monografia apresentada como requisito  
parcial à obtenção do grau de Bacharel,  
no Programa de Graduação da Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília.

Brasília, 24 de novembro de 2018.

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

MARINA SEPÚLVEDA RODRIGUES SATO

## **A Autonomia da Igreja e a Sua Relevância Jurídica Para o Estado Laico**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, no Programa de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. João Costa Neto  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Paulo Cesar Villela Souto Lopes Rodrigues  
(Membro)

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Blair de Oliveira  
(Membro)

## **AGRADECIMENTOS**

Pela conclusão deste trabalho, agradeço a Deus, que me salvou e me sustentou até aqui com graça sem fim. Que este trabalho seja para a sua honra e glória, porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas.

Agradeço aos meus pais, Ademar e Ana Lúcia, que acompanharam de perto as aflições e as alegrias da graduação. O seu apoio e a sua paciência foram fundamentais para a minha formação acadêmica.

Agradeço ao meu orientador, professor João Costa Neto, pela disponibilidade para ouvir, para questionar e para direcionar. Agradeço pelas aulas e pelas reuniões instigantes, as quais aguçaram o meu pensar e enriqueceram a minha formação.

Agradeço ao Marcel, meu amigo e companheiro, que desde o início do curso me incentivou a ser e a fazer o meu melhor. Sou grata pela leveza das suas cobranças, que não me deixaram desanimar.

Agradeço aos meus irmãos, Maria Eduarda, Bruna e Gustavo, e à minha tia, Ana Valéria, pela compreensão diária e pela torcida constante. Vocês fizeram parte desta aventura.

Por fim, pela experiência universitária e pelo crescimento acadêmico, agradeço à Universidade de Brasília e aos demais professores e amigos que eu não consegui nomear, mas que marcaram o meu caminho com luz e cor.

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

SSA253a

Sato, Marina Sepúlveda Rodrigues

A autonomia da igreja e a sua relevância jurídica para o Estado laico / Marina Sepúlveda Rodrigues Sato; orientador João Costa Neto. -- Brasília, 2018. 50 p.

Monografia (Graduação - Direito) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Autonomia da igreja. 2. Estado laico. 3. Religião. 4. Secularismo. 5. Pluralismo.

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

SATO, Marina Sepúlveda Rodrigues. (2018). A Autonomia da Igreja e a Sua Relevância Jurídica Para o Estado Laico. Monografia Final de Curso, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, p. 50.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE PLURIFORMIDADE SOCIAL E A AUTONOMIA DA IGREJA COMO LIMITADORA DO PODER ESTATAL NO ESTADO LAICO .....</b>	<b>4</b>
<i>1.1 Os diferentes tipos de pluralismo e a doutrina da soberania das esferas ...</i>	<i>4</i>
<i>1.2 Análise do julgamento da Apelação Cível nº 58752-10.2005.8.09.0051 à luz da doutrina da autonomia da igreja.....</i>	<i>8</i>
<b>CAPÍTULO 2: AS DIFERENTES NOÇÕES DE SECULARISMO, O CASO BRASILEIRO E JULGAMENTOS RELEVANTES DA SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA .....</b>	<b>14</b>
<i>2.1 Secularismo comparado.....</i>	<i>14</i>
<i>2.2 Análise do secularismo norte-americano através do estudo de julgamentos relevantes da Suprema Corte .....</i>	<i>20</i>
<i>2.2.1 Hosanna-Tabor Evangelical Lutheran Church and School v. Equal Employment Opportunity Commission.....</i>	<i>22</i>
<i>2.2.2 Masterpiece Cakeshop vs. Colorado Civil Rights Commission..</i>	<i>28</i>
<b>CAPÍTULO 3: A AUTONOMIA DA IGREJA E AS SUAS IMPLICAÇÕES CONSIDERANDO O DIREITO À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A MISSÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>32</b>
<i>3.1 A doutrina da autonomia da igreja e o seu conteúdo .....</i>	<i>32</i>
<i>3.2 Tolerância até que ponto? .....</i>	<i>37</i>
<i>3.3 Justiça como missão do Estado .....</i>	<i>42</i>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>49</b>

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar em que medida a doutrina da autonomia da igreja contribui para a manutenção do Estado laico. Para tanto, inicialmente, foi feita uma contextualização teórica acerca dos diferentes conceitos de pluralismo; do significado de pluriformidade social; e da doutrina da soberania das esferas formulada por Abraham Kuyper. O papel da autonomia da igreja como limitadora do poder estatal também foi analisado através do estudo de caso da Apelação Cível nº 58752-10.2005.8.09.0051, ação julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em que se discutiu o papel do Estado na resolução de conflitos internos de uma associação religiosa. Em seguida, o assunto foi tratado a partir dos diferentes significados de secularismo e da distinção que existe entre secularismo assertivo e secularismo passivo. A solidificação dos pressupostos teóricos possibilitou o exame dos secularismos brasileiro e norte-americano e de dois julgamentos emblemáticos da Suprema Corte dos Estados Unidos: *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* e *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*. Por fim, o estudo investigou os limites da autonomia da igreja considerando a distinção feita pela autora Cécile Laborde entre interesses de coerência e interesses de competência; e defendeu que a missão do Estado deve ser promover a justiça, incentivando a autodeterminação das diversas instituições da sociedade, para que haja equilíbrio e estabilidade entre elas, sem que o poder estatal se torne arbitrário e abusivo.

**Palavras-chave:** igreja; autonomia; estado laico; secularismo; religião; liberdade religiosa; pluralismo.

## ABSTRACT

The current study aims to analyze to what extent the church autonomy doctrine contributes to the maintenance of state's secularism. In order to accomplish this task, firstly, the study provides a theoretical backdrop about the different concepts of pluralism; the meaning of social pluriformity and the doctrine of sphere sovereignty formulated by Abraham Kuyper. The church autonomy role as a limiting factor of state's power was also analyzed through a case study of the Civil Appeal nº 58752-10.2005.8.09.0051, a case ruled by the Goiás State Court, in which was discussed the state's prerogatives to resolve religious associations internal conflicts. Next, the study explains the different meanings of secularism and the distinction between assertive secularism and passive secularism. After presenting those theoretical marks, the study examines Brazilian and American secularisms and two emblematic US Supreme Court judgments: *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* and *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*. Finally, the study investigates the limits of church autonomy considering Cécile Laborde's distinction between coherence and competence interests; and argues that the State's purpose should be the promotion of justice by encouraging institutions self-determination, in order to foster balance and stability among them and without state's power becoming arbitrary and abusive.

**Keywords:** church; autonomy; state; secularism; religion; religious freedom; pluralism.



## INTRODUÇÃO

Qual deve ser a relação entre a igreja e o Estado em uma sociedade democrática? Essa é uma questão debatida em todo o mundo. Com a chegada da modernidade, tinha-se a visão de que haveria um declínio progressivo da presença da religião na esfera pública. Acreditava-se que a instituição do Estado laico resultaria no retorno da fé e da prática religiosa à esfera privada e que, dessa forma, ocorreria a secularização da própria consciência dos indivíduos.

Entretanto, ao contrário do que se esperava, a religião continua ocupando cada vez mais espaços e manifestações do despertar religioso podem ser percebidas em escala mundial, tanto de forma individual, quanto de forma coletiva. Além disso, pesquisas empíricas, na sociologia da religião, demonstram que ideias religiosas continuam moldando a vida das pessoas.<sup>1</sup>

A religião faz parte da vida de um indivíduo de forma particular (moldando os seus pensamentos e as suas atitudes) e de forma pública (influenciando a sua relação com os outros indivíduos e com o próprio Estado). Dessa forma, é imprescindível que a liberdade religiosa seja protegida pelo Estado, de modo que todas as pessoas sejam capazes de praticar a sua religiosidade sem interferência governamental.

Nesse contexto, busca-se examinar em que medida o princípio da autonomia da igreja contribui para a manutenção do Estado laico, uma vez que a separação entre a igreja e o Estado, além de incentivar a autodeterminação de duas instituições distintas, também limita o poder estatal. Isso desestimula a prática de atos estatais arbitrários que usurpam o poder de outras esferas; e também incentiva o exercício da liberdade religiosa através da estrutura das diversas instituições religiosas.

Para tanto, inicialmente, será feita uma contextualização teórica acerca do que significa viver em uma sociedade pluralista, explorando, em especial, o significado de pluriformidade social, conceito que embasou o pensamento de teólogos da Reforma Protestante e que, posteriormente, influenciou a doutrina da soberania das esferas formulada por Abraham Kuyper.

De acordo com essa doutrina, as diversas instituições da sociedade (família, escola, ciência, arte) possuem soberania dentro de sua própria esfera específica, de modo que a

---

<sup>1</sup> FERRARA, Alessandro. **The separation of religion and politics in a post-secular society**. Philosophy Social Criticism, 2009. Página 79.

sociedade é formada por partes orgânicas, que são independentes entre si e independentes do próprio Estado. Dessa forma, a soberania do governo se torna limitada e o Estado se torna menos propício a abusar do seu poder, pois não consegue impor suas leis de modo irrestrito, devendo respeitar a lei inata que existe em cada esfera de jurisdição.

Portanto, ainda no Capítulo 1, a partir da doutrina de Kuyper, analisar-se-á a Apelação Cível nº 58752-10.2005.8.09.0051, ação julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em que se discutiu o papel do Estado na resolução de conflitos internos de uma associação religiosa. Nota-se dessa análise que considerar a liberdade religiosa e a separação entre a igreja e o Estado é fundamental para responder perguntas como “Os tribunais podem dizer às igrejas como lidar com os seus casos?” e “Pode um tribunal dizer a uma igreja quem pode ou não pode ser um membro?”.<sup>2</sup>

Em seguida, o tema será considerado sob a ótica do significado de secularismo, que pode ser compreendido como: 1) secularismo político; 2) secularismo social; e 3) secularismo como transformação da experiência de crer. Além dessas distinções, a diferenciação feita pelo cientista político Ahmet T. Kuru entre secularismo assertivo e secularismo passivo também se mostra relevante para o estudo; de modo que será analisado brevemente o processo histórico de formação do Estado brasileiro e em que medida ele influenciou o predomínio do secularismo passivo no país.

Ademais, uma vez que o secularismo passivo também predomina nos Estados Unidos e considerando que o direito à liberdade religiosa e as suas implicações são alvo de profundos debates na Suprema Corte norte-americana, também serão examinados dois julgamentos emblemáticos da referida Corte: *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* e *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*.

A análise desses julgamentos será relevante, na medida em que 1) a realidade político-social dos Estados Unidos se assemelha, em diversos aspectos, à realidade brasileira; 2) a Primeira Emenda da Declaração dos Direitos norte-americana oferece bases teóricas importantes para a doutrina da autonomia da igreja; e 3) a análise de casos norte-americanos facilitarão a compreensão de doutrinas e de estratégias de autores estudados no Capítulo 3.

Por fim, o estudo irá investigar os limites da autonomia da igreja e a missão do Estado nesse contexto, uma vez que afirmar a soberania da igreja não significa que ela possuirá poder ilimitado sobre os seus membros, tampouco significa que a igreja poderá desrespeitar as leis

---

<sup>2</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments**. Dunrobin Publishing, 2012. Página 3.

civis irrestritamente; antes, significa que o Estado respeitará a igreja, na sua liberdade de associação, e garantirá a sua autodeterminação, sem impor as suas leis de forma cega e abusiva.

Essa análise também será feita a partir das considerações de Cécile Laborde sobre os direitos das associações religiosas, haja vista que a sua estratégia de desagregar os interesses associativos protegidos pelo direito à liberdade de associação (distinguindo-os entre interesses de coerência e interesses de competência) torna possível explicar por que os grupos religiosos têm direitos especiais e justificar a força normativa das associações religiosas de uma maneira mais estruturada e baseada em princípios.

Nesse sentido, o estudo – ao defender que existem diversas esferas de autoridade na sociedade e que, dessa forma, a autonomia da igreja no Estado laico deve ser preservada e incentivada – propõe que a soberania do Estado deve ser limitada pelas demais esferas e que a sua missão deve ser promover a justiça, incentivando a autodeterminação das diversas instituições da sociedade, para que haja equilíbrio e estabilidade entre elas, sem que o poder estatal se torne arbitrário e abusivo.

## **CAPÍTULO 1: O CONCEITO DE PLURIFORMIDADE SOCIAL E A AUTONOMIA DA IGREJA COMO LIMITADORA DO PODER ESTATAL NO ESTADO LAICO**

### **1.1 OS DIFERENTES TIPOS DE PLURALISMO E A DOCTRINA DA SOBERANIA DAS ESFERAS**

O pluralismo é uma característica marcante da sociedade atual. Diferentes pessoas, de diferentes origens, com diferentes ideologias, convivem numa determinada comunidade territorial ou política. Cosmovisões distintas, antes distantes, agora se encontram, no âmbito público, e são mutuamente afetadas – se não de forma profunda o suficiente para serem alteradas, pelo menos de forma a instá-las a enxergar o mundo com maior desconforto, ou seja, reconhecendo que há mais a ser considerado do que inicialmente se imaginava.

Segundo David T. Koyzis, esse seria apenas um de três tipos de pluralismo<sup>3</sup>. Para ele, o dilema de como conciliar essa diversidade é uma questão de justiça, no sentido de que, ainda que os indivíduos possam discordar sobre a melhor forma de pensar e de viver, existe a obrigação de se proteger a liberdade de crer e, até certo ponto, a liberdade de praticar a sua crença. Isso implica em tolerância, o que não significa que todo tipo de conduta será permitida, mas sim que debates serão travados antes que o Estado tome a decisão de cercear as liberdades.

O segundo tipo de pluralismo é aquele concernente ao pluralismo cultural, o qual decorre das diferenças geográficas, econômicas, históricas e políticas entre comunidades. Diz respeito aos costumes e às tradições que moldam um povo e que formam a identidade de seus cidadãos. De acordo com Koyzis, a proteção dessa diversidade é um elemento crucial na missão que o Estado tem de promover a justiça pública, pois isso vai contra a tentativa de moldar as pessoas segundo uma visão de mundo unívoca e monista.<sup>4</sup>

O debate acerca da tolerância, na esfera pública, envolve discussões sobre o papel do Estado na democracia e sobre os limites legais do exercício do poder do governo e do poder das demais instituições sociais. Abusos ocorrem quando há o desrespeito aos limites legais impostos a cada esfera de poder da sociedade, dessa forma, entender o terceiro tipo de pluralismo se torna ainda mais relevante.

---

<sup>3</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 245.

<sup>4</sup> *Ibidem*, página 251.

O terceiro tipo de pluralismo pode ser chamado de pluriformidade social e é fundamental para o presente estudo, pois traz a compreensão de que o ser humano é um ser cultural, que é capaz de se organizar e de viver em comunidades de diferentes tipos, exercendo diversos papéis segundo a missão principal de cada instituição. Através desse entendimento, confirma-se que existem diferenças estruturais e funcionais entre a família, a empresa, a universidade, o governo, as instituições religiosas e outras áreas da vida.<sup>5</sup>

Foi por meio da afirmação do conceito de pluriformidade social que tradições de pensamento originárias da Reforma do século 16 defenderam que as autoridades espirituais e as temporais eram separadas e coexistiam em pé de igualdade, recebendo ambas de Deus as suas respectivas posições.<sup>6</sup> Os reformadores, em especial João Calvino (1509-1564), entendiam que deveria haver uma clara diferenciação institucional, funcional e jurisdicional entre a igreja e o Estado, afirmando que não há uma subordinação de um ao outro e que ambos coexistem como duas formas de governo distintas.

Influenciado pelas ideias de Calvino, Abraham Kuyper (1837-1920), primeiro-ministro da Holanda de 1901 a 1905, desenvolveu uma teoria política caracteristicamente reformada, que buscava assumir um compromisso com o desenvolvimento e a aplicação prática de uma cosmovisão marcadamente cristã na política e em outras áreas culturais e sociais.<sup>7</sup>

Kuyper formulou a doutrina da soberania das esferas, segundo a qual 1) todas as instituições da sociedade possuem soberania terrena dentro de sua esfera específica; e 2) toda soberania terrena deriva da soberania de Deus. Em resumo:

Kuyper aplicava sua doutrina não somente às autoridades políticas e à questão da igreja e do Estado, mas a todas as instituições sociais. A família, a escola, a empresa, o trabalho, as artes e demais aspectos da sociedade são todos soberanos em suas respectivas esferas. Cada uma dessas múltiplas comunidades e projetos detém autoridade dentro de uma esfera específica, cujos limites são estabelecidos pelo Criador. Tais limites não podem ser transgredidos sem que disso resultem graves prejuízos à estrutura social ordenada por Deus. Assim, por exemplo, quando o Estado age de forma totalitária e tenta invadir ou subjugar as outras esferas sociais, a soberania própria das esferas é transgredida. Kuyper afirmou esse princípio, de um lado, contra as concepções estatistas totalitárias e, de outro, contra o clericalismo ou integralismo medieval, que, em última análise, tentava subordinar toda a sociedade à autoridade da igreja instituída.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 252.

<sup>6</sup> *Ibidem*, página 269.

<sup>7</sup> *Ibidem*, página 274.

<sup>8</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 278.

Compreende-se, assim, que a autoridade e o poder do Estado – bem como o poder de esferas sociais como a família e os negócios – são derivados da soberania de Deus. Desse modo, a sociedade é formada por partes orgânicas, que são independentes entre si e independentes do próprio Estado. Kuyper, porém, afirma que a força mecânica unificadora do governo ainda é necessária para promover a justiça, cuidando do povo como uma unidade.<sup>9</sup>

Surgem, nesse contexto, conflitos entre o governo e as esferas sociais, na medida em que aquele tenta invadir a vida social e arranjá-la mecanicamente pelo uso da sua autoridade. O embate entre essas forças proporciona a vida sadia do Estado e o Calvinismo se posicionou historicamente no sentido de honrar a autoridade do magistrado e de estimular a soberania das esferas sociais, exigindo a independência de ambas e a regulamentação da relação entre elas pela Constituição.<sup>10</sup>

Reconhecer a soberania de cada esfera implica reconhecer que existem limites jurisdicionais que não podem ser transgredidos, assim, a soberania do governo se torna limitada e o Estado se torna menos propício a abusar do seu poder, pois não consegue impor suas leis de modo irrestrito, devendo respeitar a lei inata que existe em cada círculo. Ressalta-se, ainda, que a tarefa de proteger os direitos e as liberdades das corporações e instituições sociais, em face do governo, é tarefa do Congresso, o qual permite que elas tenham influência legal e ordenada na produção da lei e no curso da democracia.<sup>11</sup>

É necessário tratar também de outra esfera soberana da sociedade: a esfera da igreja. Kuyper defendeu que as autoridades estatais possuem deveres para com Deus, para com a igreja e para com os indivíduos.<sup>12</sup> Assim, tratar-se-á, neste trabalho, principalmente acerca dos deveres do Estado para com a igreja, demonstrando a relevância jurídica da soberania da igreja para o Estado laico.

A análise dos deveres do Estado, para com a igreja, requer o estudo da relação entre eles. A existência de nações onde haja unidade de religião não é mais a regra atualmente; conforme mencionado anteriormente, o pluralismo é uma característica das sociedades modernas e o seu crescimento é diretamente proporcional à ênfase na vida individual.

Diante dessa conjuntura, seria papel do Estado buscar uma unidade da religião em detrimento de uma multiformidade religiosa? Ou seria dever do governo suspender seu próprio julgamento? Kuyper afirma que a segunda opção é a melhor, pois o governo não tem

---

<sup>9</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Página 100.

<sup>10</sup> *Ibidem*, página 101.

<sup>11</sup> *Ibidem*, página 104.

<sup>12</sup> *Ibidem*, página 109.

o preparo necessário para fazer esse tipo de juízo, o qual, ademais, infringiria a soberania da igreja. Portanto, o que o Estado deve buscar fazer é o oposto de eleger uma igreja como a única verdadeira: é encorajar a autodeterminação de cada uma.

Encorajar a autodeterminação de uma instituição religiosa significa defender a sua soberania dentro de sua própria esfera, significa afirmar que a ela possui seu próprio Rei, sua própria organização, seus próprios oficiais e sua própria confissão como confissão da verdade; não podendo o Estado interferir nas suas características ou ordenar no seu campo.

Essa percepção vai além do irreligioso ponto de vista neutro da Revolução Francesa, ela busca respeitar a liberdade e a soberania da igreja, as quais são essenciais para a manutenção do Estado laico, pois se o Estado não tem poder sobre as associações religiosas, isso significa que o Estado é limitado.

Tendo isso em mente, não surpreende dizer que a separação entre igreja e Estado – instituição tida como baluarte do Estado laico – foi originalmente uma ideia cristã, desenvolvida e ensinada por teólogos ao longo dos séculos como forma de proteger a igreja da intromissão indevida do Estado.<sup>13</sup> Porém, o significado histórico e original dessa separação foi deturpado de tal forma que hoje ele se tornou parte central da argumentação daqueles que defendem uma separação estrita entre a religião e a esfera pública.

Esse entendimento não promove a autodeterminação da igreja, de modo que o limite à soberania do Estado anteriormente oposto pela soberania da esfera da igreja agora se torna fragilizado e brechas são abertas para que o poder do Estado ultrapasse a sua esfera de atuação e, assim, prejudique o exercício de direitos como a liberdade religiosa.

Entender corretamente a separação entre a igreja e o Estado significa afirmar que a igreja e o Estado são instituições diferentes e que, por isso, possuem jurisdições separadas. Jurisdição significa o poder de dizer a lei para uma situação específica, remetendo à pergunta “Quem deve fazer o que?” e não “O que devemos fazer?”<sup>14</sup>. Trata-se de uma questão de autoridade, de modo que as instituições religiosas não têm autoridade sobre as questões do governo civil e o Estado não tem autoridade sobre as questões do governo religioso.

Nenhum dos dois tem autoridade suprema sobre o outro e existem limites tanto para a atuação da igreja quanto para a atuação do Estado. Evidencia-se, ainda, que, se o governo da igreja e o governo do Estado são reconhecidos como independentes e iguais em poder,

---

<sup>13</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments**. Dunrobin Publishing, 2012. Página 14.

<sup>14</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments**. Dunrobin Publishing, 2012. Página 16.

nenhum é superior ou inferior ao outro; entretanto, se um tribunal puder dizer a uma associação religiosa como ela deve lidar com as suas questões, então o Estado estará acima da igreja.

Assevera-se, dessa forma, que a doutrina da autonomia da igreja é a refutação mais poderosa da noção de que a esfera política é onicompetente e de que o Estado possui poder absoluto. Ela demonstra que existem várias esferas de governo soberanas e detentoras de autoridade legítima e que a definição da extensão do poder do Estado não precisa ser deixada livremente à discricção dos governantes.<sup>15</sup>

## **1.2 ANÁLISE DO JULGAMENTO DA APELAÇÃO CÍVEL Nº 58752-10.2005.8.09.0051 À LUZ DA DOUTRINA DA AUTONOMIA DA IGREJA**

Segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, os cristãos equivalem a 86,8% dos brasileiros (64,6% de católicos apostólicos romanos e 22,2% de evangélicos em geral), compondo a maioria da população brasileira.<sup>16</sup>

O cristianismo está longe de ser uma religião minoritária no Brasil. Contudo, os valores bíblicos contrastam fortemente com os valores do mundo pós moderno e, nesse contexto litigioso, processos judiciais interpostos contra as igrejas evangélicas são comuns.

Diante desse cenário, considerar a liberdade religiosa e a separação entre igreja e Estado é fundamental para responder perguntas como “Os tribunais podem dizer às igrejas como lidar com os seus casos?” e “Pode um tribunal dizer a uma igreja quem pode ou não pode ser um membro?”.<sup>17</sup>

Em 2005, o caso de Úrsula e de Paulo Henrique contra a Primeira Igreja Batista em Goiânia atraiu a atenção da mídia quando o casal conseguiu uma autorização judicial para arrombar o Templo da igreja e realizar a sua cerimônia de casamento após o pastor da instituição ter se negado a casá-los.

Úrsula era membro da Primeira Igreja Batista em Goiânia quando engravidou de Paulo Henrique, que não era membro da igreja, nem professava a fé evangélica. O casal decidiu casar-se e procurou as autoridades eclesiásticas da igreja para iniciar o procedimento de agendamento do casamento. Entretanto, o pastor se recusou a celebrar a união.

---

<sup>15</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. *A Tale of Two Governments*. Dunrobin Publishing, 2012. Página 19.

<sup>16</sup> Análise dos dados do IBGE disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>. Acesso em: 12/11/2018

<sup>17</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. *A Tale of Two Governments*. Dunrobin Publishing, 2012. Página 3.



Os noivos, então, ajuizaram uma ação declaratória, com pedido de antecipação de tutela contra a igreja para realizarem o casamento no templo em dia e horário determinados. O juiz de primeira instância deferiu em parte a tutela antecipada – concitando o pastor a realizar o casamento, sob pena de responder à eventual ação de perdas e danos – afirmando que o direito dos noivos de se casarem estava ameaçado (*periculum in mora*) e que a negativa do pastor constituía ato discriminatório rechaçado pela lei (*fumus boni iuris*).

Nessa decisão, o 2º Juiz de Direito da 12ª Vara Cível, da Comarca de Goiânia, chegou a considerar o argumento de que o princípio da liberdade de consciência e de crença permitiria que a igreja se recusasse a celebrar a união; ele, entretanto, alegou que não se tratava efetivamente de interferir em assunto interno de entidade religiosa, mas sim de realçar o justo receio de dano de difícil reparação que poderia decorrer da não realização do casamento pelo motivo exposto. Citou ainda o art. 5º, VIII, da CF, segundo o qual “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política”.<sup>18</sup>

De tal modo, em 23.4.2005, após autorizado e executado o arrombamento do templo da Primeira Igreja Batista em Goiânia, Úrsula e Paulo Henrique realizaram a sua cerimônia de casamento e – conforme divulgado na edição do Jornal Nacional do dia 25.4.2005 – Úrsula afirmou “A luta foi grande, mas Deus ensina a perdoar. Estou muito feliz”.<sup>19</sup>

O Jornal registrou também a opinião do presidente do Superior Tribunal de Justiça na época, Ministro Edson Vidigal, segundo o qual não caberia uma decisão judicial no caso de Goiânia, uma vez que o Estado brasileiro não pode interferir nas normas internas de nenhuma igreja, pois é um Estado laico. O ministro afirmou ainda que quem adota uma religião está se subordinando ao direito particular daquela igreja.

Inconformada com a interferência indevida do Estado em sua esfera de soberania, a igreja apresentou contestação à ação declaratória c/c pedido indenizatório ajuizada pelo casal e formulou pedido contraposto pedindo indenização por danos morais em decorrência da afronta decorrente do arrombamento do templo e da exposição midiática negativa em todo o Brasil. Assim, em 2014, a Juíza de Direito da 17ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, Dra. Rozana Fernandes Camapum, prolatou sentença favorável à Primeira Igreja Batista em Goiânia.

---

<sup>18</sup> BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 12/11/2018

<sup>19</sup> Matéria do Jornal Nacional disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL559980-10406,00-CASO+DE+JUSTICA.html> Acesso em: 12/11/2018

A magistrada julgou improcedente o pedido de indenização por danos morais dos autores e procedente o pedido contraposto de indenização por danos morais da igreja, condenando o casal ao pagamento do valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de danos morais, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da prolação da sentença, com juros de mora a partir do evento danoso (arrombamento do Templo), no percentual de 1% ao mês, nos termos da Súmula 54 do STJ.

Além disso, foi extinto o pedido de declaração do direito de celebração do casamento no Templo religioso da igreja ante a impossibilidade jurídica do pedido. A juíza se baseou na decisão do Juiz da 4ª Vara de Família, Sucessões e Cível de Goiânia, Dr. Jaime Rosa Borges, que já havia indeferido o pedido do casal e determinado o arquivamento do processo, em ação promovida entre as mesmas partes, segundo a qual:

Por outro lado, não existe na lei civil seja na codificada ou esparsa, nenhuma disposição que obrigue a autoridade ou ministro religioso a celebrar o casamento, de forma que o ato fica na dependência da relação de conveniência entre os contratantes e a autoridade eclesiástica. Assim, quem não pode negar-se a celebração do matrimônio é a autoridade civil que para tanto dela for encarregada.

Dessa forma, se a requerida tem motivo para não celebrar o casamento dos requerentes e considerando que tal motivo decorre de regras comportamentais moralmente ditadas pela religião a que pertence a primeira requerente, as quais está submetida, não pode o Poder Judiciário determinar a realização de ato, sob pena de interferência ilegal nas relações privadas dos particulares.<sup>20</sup>

Segundo a sentença proferida pela Dra. Rozana, a negativa do pastor e da igreja deveria ser respeitada pelo Estado, pois se baseou estritamente em dogmas religiosos e no próprio Regulamento da igreja, segundo os quais só é possível haver a celebração do casamento se ambos os noivos professarem a religião evangélica.

A magistrada asseverou também que, em um Estado laico, é impossível obrigar uma igreja a violar os seus dogmas e que os noivos tinham como alternativa a realização do casamento civil, não cabendo a eles impor aos membros da igreja suas opiniões e vontades pessoais. Nesse sentido, afirmou que a Primeira Igreja Batista em Goiânia agiu no exercício regular do seu direito e que a negativa da celebração do casamento, em seu templo religioso, não pode ser considerada ato discriminatório capaz de gerar direito a indenização por danos morais.

Úrsula e Paulo Henrique, entretanto, não se resignaram e interpuseram apelação contra a sentença da 17ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, alegando que a igreja

---

<sup>20</sup> 4ª Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia/GO. Processo nº 200500667475. Juiz Jaime Rosa Borges.

praticou ato ilícito ao negar a celebração do casamento e que eles não violaram as suas normas internas – na medida em que não existe no estatuto impedimento ou proibição de celebração de casamento de mulher grávida.

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em 2016, à unanimidade de votos, conheceu do recurso e negou-lhe provimento para manter a sentença por seus próprios fundamentos jurídicos, nos termos do Relator, o Dr. Delintro Belo de Almeida Filho, Juiz de Direito Substituto em 2º Grau.

O voto do juiz relator foi no sentido de que Úrsula de fato violou o regulamento da igreja e que, sendo lícita a associação religiosa, não cabe ao Estado interferir nos seus assuntos internos, uma vez que decorrem do Estado laico a liberdade de organização religiosa e a liberdade de consciência de seus membros para livremente se submeterem às suas regras.

Nesse sentido, também afirmou que:

quando há colisão de direitos de membro, que se insurge contra a doutrina eclesiástica e suas sanções e a liberdade de auto-organização, esta última deve prevalecer, pois a Constituição Federal assim garantiu que doutrina e suas liturgias são matérias *interna corporis*, cabendo à igreja resolver o seus conflitos entre seus membros. (sic)<sup>21</sup>

Portanto, foi no sentido de afirmar a soberania da igreja que o Tribunal de Justiça do Goiás julgou a Apelação Cível nº 58752-10.2005.8.09.0051, confirmando a sentença prolatada pela Juíza de Direito da 17ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia, nos autos da ação declaratória c/c pedido indenizatório, ajuizada por Úrsula e Paulo Henrique em desfavor da Primeira Igreja Batista em Goiânia.

O casal chegou a interpor Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal e Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça, porém sem sucesso. O processo, então, transitou em julgado em 18.05.2018.

O caso de Úrsula e Paulo Henrique contra a Primeira Igreja Batista em Goiânia demonstra o conflito que pode haver entre duas esferas de soberania e os abusos que dele podem decorrer. A igreja estava agindo conforme à sua profissão de fé ao se negar a celebrar o casamento, porém, diante da demanda de indivíduos ofendidos em suas preferências pessoais, o Estado autorizou o desrespeito à autonomia da igreja.

A liberdade de organização religiosa é a liberdade conferida aos indivíduos para criarem segmentos de entidades religiosas. Esse direito está intimamente ligado à autonomia

---

<sup>21</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Processo nº 201800718871. Página 864.

da igreja, uma vez que o seu exercício só é possível se o Estado respeitar o governo da organização. Deve-se levar em consideração novamente a divisão de jurisdição que existe entre a igreja e o Estado e sobre o que isso significa, pois se jurisdição significa o poder de dizer a lei a uma situação específica, o dilema em torno do qual o caso de Úrsula revolve “Quem deve negar ou autorizar a celebração de um casamento na igreja?” pode ser facilmente solucionado.

Esferas jurisdicionais são importantes, porque muitas vezes o que é considerado um ato errado para uma pode ser considerado correto para a outra. Nesse sentido, seria incabível analisar, à luz das leis civis, a alegação do casal de que a igreja cometeu um ato ilícito ao negar a celebração do seu casamento, uma vez que a conduta da igreja se baseou no seu próprio entendimento de certo e errado.

Portanto, não bastaria que o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás argumentasse simplesmente que o desrespeito de Úrsula ao requisito pré estabelecido no Calendário Eclesiástico eximia a igreja de ser responsabilizada, pois não se trata apenas da observância ou não de um documento previamente conhecido por ela – como se fosse necessário observar o princípio da segurança jurídica também nas questões religiosas – mas sim do respeito à jurisdição da igreja, permitindo que os seus líderes tomem as medidas que julgam necessárias para preservar os padrões bíblicamente (espiritualmente) defendidos.

A submissão de um membro ao governo de uma associação religiosa precisa ser respeitada, de modo que não caberá aos tribunais seculares julgar as suas demandas, pois, ainda que o governo civil esteja bem intencionado e eventualmente conheça a lei eclesiástica em questão, a probabilidade de ele cometer equívocos é enorme.

Sobre a distinção que existe entre o governo das uniões religiosas e o governo do Estado, a Suprema Corte norte-americana se pronunciou da seguinte forma no julgamento de *Watson v. Jones*:

Todos os que se unem a esse corpo o fazem consentindo implicitamente com o seu governo e são obrigados a se submeter a ele. Porém, seria um consentimento inútil e levaria a uma total subversão desses corpos religiosos se qualquer pessoa que se sentiu injustiçada por uma de suas decisões pudesse apelar para os tribunais seculares e ter a decisão revertida. É da essência das uniões religiosas, e do seu direito de estabelecer tribunais para decidir as questões que surgem entre si, que essas decisões sejam vinculantes em todos os casos de conhecimento eclesiástico, sujeitas apenas a apelos que o próprio corpo proveja.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> 80 U.S. 679 (1871)

Úrsula não foi obrigada a se sujeitar às regras da igreja, ela teve a sua própria esfera individual de soberania respeitada, porém, caso ela tivesse sido compelida a permanecer na igreja contra a sua vontade, tratar-se-ia de uma situação completamente diferente.

A soberania da igreja é limitada pela soberania da personalidade livre<sup>23</sup> e é dever do Estado garantir a liberdade de consciência até perante a associação, cabendo a ele proteger os cidadãos de eventuais transgressões e – na mesma intensidade – afirmar a sua autodeterminação, como forma de garantir a liberdade pessoal.

Sobre esse dever do Estado para com os indivíduos, o caso *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*<sup>24</sup>, julgado pela Suprema Corte norte-americana este ano, demonstra como o instituto da objeção de consciência apresenta uma alternativa ao abuso de direito em conflitos envolvendo questões religiosas; e comprova a importância do respeito às esferas de soberania da sociedade.

No caso de Úrsula e Paulo Henrique, a princípio não houve a compreensão correta da soberania da esfera da igreja, o que resultou na intromissão do Estado e na perpetração de abusos. Calvino afirmou que a igreja precisa ter um governo espiritual que seja totalmente distinto do governo civil, pois embora eles sejam iguais em poder, eles são completamente distintos em jurisdição.

A igreja não tem o direito, o poder, nem a competência para coagir ou para prender as pessoas (nem mesmo aquelas que são membros da comunidade religiosa), nem o Estado de determinar a regularidade ou a validade do julgamento da liderança de uma igreja quanto a questões internas. As esferas de soberania de cada um precisam ser bem definidas para que o Estado laico não se torne contrário à religião nem imerso nela.

---

<sup>23</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Página 114.

<sup>24</sup> 584 U. S. \_\_\_\_ (2018)

## **CAPÍTULO 2: AS DIFERENTES NOÇÕES DE SECULARISMO, O CASO BRASILEIRO E JULGAMENTOS RELEVANTES DA SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA**

### **2.1 SECULARISMO COMPARADO**

Analisar a dinâmica entre igreja e Estado, na sociedade pós-moderna, exige a compreensão do significado do termo “secularismo”. Segundo Alessandro Ferrara, três significados podem ser extraídos desse termo: 1) secularismo político; 2) secularismo social; e 3) secularismo como transformação da experiência de crer.<sup>25</sup>

O primeiro significado se refere à separação institucional entre igreja e Estado, tratando da atuação do Estado e da sua esfera de poder, consignando que é seu dever permitir o livre exercício da religião. Nesse sentido, as instituições religiosas têm liberdade para definir a sua profissão de fé, estabelecendo o que é bom e justo e o que não é, desde que não se valham do poder coercitivo do Estado para isso e permitam que os seus membros mudem de religião ou que não tenham religião.<sup>26</sup>

O segundo significado de secularismo concerne à não influência das comunidades religiosas na vida pública em geral, seja no processo legislativo, seja na política ou seja na educação. Entende-se, nessa visão, que há a redução do uso de símbolos e de rituais religiosos pelas pessoas e que o confinamento da fé à esfera privada é cada vez maior, chegando a desvanecer das consciências e das motivações.<sup>27</sup>

O terceiro significado de secularismo consiste na mudança de entendimento da sociedade sobre o que envolve crer em Deus; uma vez que, antes, a crença em Deus era incontestável, agora, porém, ela é vista como uma opção dentre várias, o que significa que nenhuma das opções pode ser vista como privilegiada pela sociedade.<sup>28</sup>

A concepção de secularismo como a separação institucional que existe entre igreja e Estado (primeiro significado) é a mais central para o presente estudo. Através dela, pode-se compreender que as associações religiosas possuem a sua própria jurisdição e que existem diversas esferas autônomas de poder na sociedade.

---

<sup>25</sup> FERRARA, Alessandro. **The separation of religion and politics in a post-secular society**. Philosophy Social Criticism, 2009. Página 77.

<sup>26</sup> *Ibidem*, página 78.

<sup>27</sup> *Ibidem*, página 79.

<sup>28</sup> *Ibidem*, página 80.

O segundo significado, por sua vez, possibilita o estudo da dinâmica que existe entre a religião e a política e de como a esfera pública pode se tornar um ambiente hostil às manifestações religiosas.

Já o terceiro significado dialoga com a noção de pluralismo trabalhada no capítulo anterior; no sentido de que o desenvolvimento de um povo leva à quebra da unidade da religião, uma vez que a vida individual é fortalecida e há o surgimento de opiniões multiformes<sup>29</sup>, as quais são dignas de consideração pelo Estado.

Os governos constitucionais se diferenciam principalmente quanto ao tipo de relação que a igreja e o Estado assumem. Enquanto algumas constituições mantiveram diversos aspectos da anterior união existente entre a igreja dominante e o Estado, outras foram produzidas com o claro objetivo de afastar as igrejas do contexto público e político.

Assim, além da compreensão dos três significados do termo “secularismo”, outra distinção conceitual também se mostra relevante para o presente estudo, qual seja, aquela existente entre o secularismo assertivo e o secularismo passivo. Essa distinção foi formulada pelo professor Ahmet T. Kuru, no âmbito das suas pesquisas sobre a forma como os Estados Seculares moldam as suas políticas públicas, em relação à religião – considerando especialmente os Estados Unidos, a França e a Turquia.

O secularismo assertivo requer que o Estado tenha um papel assertivo na exclusão da religião da esfera pública e no seu confinamento no domínio privado, priorizado a neutralidade estatal ao invés da religião. Em contrapartida, o secularismo passivo requer que o Estado tenha um papel passivo, permitindo a visibilidade da religião na esfera pública de forma compreensiva.<sup>30</sup>

Kuru não caracteriza países como homogeneamente seculares assertivos ou como seculares passivos, ele analisa as controvérsias entre eles – apesar da existência de certas ideologias dominantes – e investiga três teorias que tentam explicar a dominância de um tipo de secularismo em detrimento do outro.<sup>31</sup>

Segundo a Teoria da Modernização – para a qual o desenvolvimento econômico é um fator determinante na transformação de sociedades tradicionais em sociedades modernas –, a religião é um fenômeno tradicional que irá decair na vida social como resultado da

---

<sup>29</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Página 111.

<sup>30</sup> KURU, Ahmet T. **Passive and Assertive Secularism: Historical Conditions, Ideological Struggles, and State Policies towards Religion**. Cambridge University Press, 2011. Página 571.

<sup>31</sup> *Ibidem*, página 572.

modernização. A modernização inclui a divisão entre Estado e igreja e o surgimento de Estados burocráticos e racionais.<sup>32</sup>

Essa teoria explica as variações de políticas públicas, em relação à religião, considerando diferentes níveis de modernização, que podem ser medidos com base em três critérios: 1) renda per capita; 2) índice de analfabetismo; e 3) expectativa de vida. Essa explicação, porém, não é útil para esclarecer as tendências políticas, nos casos por ele analisados, pois EUA e França possuem níveis próximos de desenvolvimento (altos), enquanto a Turquia é um país de médio desenvolvimento. Dessa forma, não se explica como um país altamente desenvolvido difere de outro também altamente desenvolvido, sendo similar a um país de desenvolvimento moderado.

Apesar da visão padrão de que países com alto desenvolvimento são menos propensos a ter uma religião oficial, a renda per capita tem uma relação insignificante com essa probabilidade. Essa teoria não consegue explicar as diferentes relações entre Estado e religião. Kuru afirma que o surgimento de estados seculares são complexos e que esse processo não pode ser entendido sem a consideração das lutas ideológicas.

Nesse sentido, Kuru também trata da Teoria da Civilização, a qual busca explicar o impacto da religião na vida sociopolítica pela análise da essência religiosa baseada em texto. Segundo essa teoria, existem diferenças inerentes entre certas religiões e comunidades religiosas e essas diferenças religiosas têm um impacto direto na política. Assim, considera-se que as diferenças teológicas chave entre as religiões podem ter um impacto nas preferências políticas individuais em diferentes contextos civilizatórios.

Um de seus defensores, Bernard Lewis, define os embates entre Estado e religião como uma “doença cristã” e o secularismo como um “remédio cristão”, referindo-se ao verso bíblico que diz “*Dai pois a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*”<sup>33</sup>. Contudo, os críticos dessa teoria alegam que o argumento sobre a inerente separação entre o Estado e a religião romantiza as sociedades cristãs, ignorando três aspectos: 1) as guerras históricas entre a igreja e o Estado; 2) os regimes político-religiosos substancialmente diferentes; e 3) os debates com direcionamento religioso sobre problemas políticos e legais – como aborto, direitos homossexuais, evolução.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, páginas 572-573.

<sup>33</sup> Bíblia Sagrada, Mateus 12:17.

<sup>34</sup> *Ibidem*, páginas 574-577.



Para Kuru, uma teoria mais refinada reconhece a diversidade entre as sociedades cristãs e argumenta que o Protestantismo é mais compatível com o secularismo do que o Catolicismo. A Teoria da Civilização subestima a “agência humana”, pois grupos religiosos geralmente escolhem as suas preferências políticas dependendo das condições sócio-políticas. Um movimento islâmico, por exemplo, defende um Estado Islâmico no Paquistão (onde os muçulmanos são maioria) e apoia o Estado secular na Índia, onde eles são minoria.

A terceira teoria exposta por Kuru é a Teoria da Escolha Racional, a qual dá importância a três fatores: preferências individuais, cálculo racional e constrangimentos estruturais. Dessa forma, afirma-se que as políticas de Estado, em relação à religião, variam devido ao cálculo de oportunidades feito pelos governantes tendo em mente a sobrevivência política, a minimização do custo de governar e o sucesso no desenvolvimento econômico.<sup>35</sup>

Kuru, em sua crítica a essa teoria, argumenta que ela toma escolhas individuais como dadas, afirmando que líderes de estado e ativistas sociais têm preferências distintas moldadas pelos seus status econômicos, independentemente da sua ideologia. Ele defende o oposto, pois, apesar de considerar a análise do custo benefício e dos comportamentos estratégicos, ele pretende ir além e investigar as preferências ideológicas dos países.

De tal modo, após apresentar e criticar as três teorias que tentam explicar a predominância do secularismo assertivo em alguns países e a predominância do passivo em outros, Kuru elabora a sua própria explicação, analisando as razões históricas para o domínio de certo secularismo em um determinado país.

De acordo com ele, a dominância de um secularismo ou de outro é resultado das condições históricas e das relações durante o período de construção do Estado do país. Geralmente, o secularismo passivo decorre de um consenso entre grupos religiosos e grupos seculares, enquanto o assertivo é produto do conflito entre esses grupos.

A condição crítica que afeta essas visões é a existência ou não de um antigo regime que combine monarquia com uma religião dominante. Se esse antigo regime existir, é difícil convencer grupos religiosos hegemônicos a ceder o seu local de privilégio, o que pode levar a elite secular a combater a religião hegemônica que justifica a monarquia.

Da mesma forma, a ascensão das visões antirreligiosas possui uma relação causal com a aliança das instituições religiosas com as monarquias. Kuru exemplifica esse processo com o caso da Espanha e de Portugal – onde o anticlericalismo emergiu como reação dos

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, páginas 577-579.

republicanos à cooperação da Igreja Católica com a monarquia – além do caso da Rússia – onde a igreja ortodoxa experimentou antagonismo semelhante dos bolcheviques, devido à sua identificação com a monarquia russa.

A explicação da predominância do secularismo passivo ou do secularismo assertivo, em um determinado país, requer, portanto, uma análise cuidadosa do seu processo histórico. Nesse sentido, é necessário analisar o caso brasileiro considerando o contexto em que a laicidade estatal foi estabelecida.

No processo de colonização brasileira, os atos públicos de Portugal estavam vinculados à Igreja Católica Apostólica Romana, tendo o Brasil surgido como colônia de um Estado confessional<sup>36</sup>, assim, o direito canônico confundia-se com o direito do Estado, sendo a igreja e o Estado reguladores dos princípios organizadores da sociedade.

Nesse sentido, o Brasil Colônia, o Reinado e, posteriormente, o Brasil Imperial foram expressões de Estado Confessional, de modo que apenas com a proclamação da República Federativa do Brasil, em 1889, e com a promulgação da primeira Constituição republicana, de 1891, houve a separação entre o poder civil e o poder religioso e foi assegurada a neutralidade do Estado brasileiro quanto às religiões.

Ressalta-se, inclusive, que mesmo após a Independência do Brasil, em 1822, não houve a formação de uma identidade nacional brasileira e as relações entre os diversos grupos da sociedade seguiam da seguinte maneira:

Saliente-se que não apenas os grupos conservadores, como também os liberais, eram contrários a uma efetiva transformação estrutural e política do país, de modo que evitaram a todo custo abraçar projetos mais ambiciosos, como o da separação entre igreja e Estado.

Desse modo, tanto no decorrer do período colonial (1500-1822), quanto no curso do contexto imperial (1822-1889), não houve, de fato, liberdade religiosa no Brasil, sendo esta compreendida como a livre expressão pública da religião, já que o catolicismo era a única religião legalmente aceita.

(...)

Todavia, as relações entre igreja e Estado apresentavam contradições. Se, de um lado, o catolicismo gozava de privilégios com o regime do padroado; por outro lado, o catolicismo se submetia ao Estado, e por ele era tutelado.

Nesse sentido, a fraqueza da Igreja Católica nacional ao longo do século XIX encontra explicação nos séculos de padroado sobre a igreja colonial, que, controlada pelo Estado, teve sua dependência aumentada, tornando grande parte do clero subserviente ao governo, em troca de cargos públicos.

Dessa forma, a primeira metade do século XIX, no Brasil, foi marcada por conflitos, ocorridos entre o Estado confessional católico e outros grupos religiosos e entre o

---

<sup>36</sup> SANTOS, Carolina C. **O estado laico na atualidade: uma análise comparativa da laicidade nos ordenamentos jurídicos brasileiro e espanhol**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, 2016. Página 358.

Estado brasileiro e a Santa Sé. Somente com a chegada da República, o governo provisório começou a instaurar a definitiva separação entre Estado e religião.<sup>37</sup>

A Constituição Federal de 1891 tornou oficial a separação entre igreja e Estado e a Constituição de 1988 reconheceu as liberdades de crença, de culto e de organização religiosa como direitos fundamentais, estabelecendo, no art. 5º, inciso VI, da Constituição Federal, que *"é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias"*<sup>38</sup>.

É importante frisar também que:

(...) não obstante a doutrina e o Pretório Excelso firmarem o posicionamento de que o preâmbulo (início) da Constituição Federal de 1988, não ostenta força normativa (ADI 2076, Pleno, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 15/08/2002 e p. 08/08/2003), de forma que não se pode afirmar a preponderância do monoteísmo como vetor normativo e/ou principiológico, a invocação à proteção de Deus indica claramente a confluência religiosa da sociedade brasileira, expressando a Assembleia Nacional Constituinte de 1986-1988 a posição ideológica da maioria do povo (...)<sup>39</sup>

No Brasil, portanto, apesar de ter existido um antigo regime que combinou a monarquia com a religião dominante, não houve a dominância de um secularismo assertivo. Acredita-se que, devido ao fato de o processo de concessão dos poderes da igreja ter sido menos brusco, menos conflituoso e mais democrático do que na França, por exemplo, a elite secular não precisou combater a religião hegemônica, o que poderia ter ensejado uma ideologia antirreligiosa que incentivasse o secularismo assertivo.

Houve a separação entre a igreja e o Estado no plano jurídico-constitucional brasileiro, entretanto, predomina o secularismo passivo. Dessa forma, compreende-se que a religião não deve estar separada do espaço público, cabendo ao Estado protegê-la, seja na esfera pública ou na consciência das pessoas.

Observando o exemplo da França – onde, em 2004, conseguiram banir o uso da burca e outros símbolos religiosos nas escolas públicas – percebe-se que o secularismo assertivo não consegue compreender as manifestações religiosas, no espaço público, como parte legítima do jogo democrático, buscando limitar a religião à consciência dos indivíduos, o que é extremamente nocivo num contexto de pluralismo.

---

<sup>37</sup> SANTOS, Carolina C. **O estado laico na atualidade: uma análise comparativa da laicidade nos ordenamentos jurídicos brasileiro e espanhol**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, 2016. Página 358.

<sup>38</sup> BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) Acesso em: 12/11/2018

<sup>39</sup> VERAS, Diego V. **Liberdade de crença X Criminalização da homofobia**. Disponível em: <https://dvv18.jusbrasil.com.br/artigos/195131111/liberdade-de-crenca-x-criminalizacao-da-homofobia> Acesso em: 12/11/2018

É lamentável que a demanda por neutralidade, na esfera pública, possa ser utilizada como pretexto para o Estado impedir que expressões religiosas ultrapassem o nível da família, do lar e das associações religiosas. Assim, apesar de a liberdade religiosa ser um dos direitos fundamentais reconhecidos mais antigos, a discriminação religiosa ainda é a forma mais comum de violação aos direitos humanos no mundo.<sup>40</sup>

É bom perceber, contudo, que as constituições contemporâneas reconhecem a necessidade de as instituições religiosas possuírem um status especial na sociedade, pois a liberdade religiosa não pode ser plenamente protegida sem que haja a devida proteção da autodeterminação e da autonomia da igreja,<sup>41</sup> uma vez que a liberdade religiosa – apesar de ser um direito individual – também pode ser exercida como um direito coletivo.

Na modernidade, o significado e a extensão da neutralidade do Estado continua sendo tema de debates, pois, a pretexto de mantê-la, o Estado pode chegar a extremos, sendo extremamente hostil ou extremamente indiferente quanto à religião. De tal modo, as manifestações religiosas não podem ser desprezadas e as igrejas não podem ser desconsideradas como atores políticos nos embates do jogo democrático, pois os cidadãos devem respeitar-se mutuamente, como membros de uma comunidade política, em que todos são dotados de iguais direitos.

Por meio do destrinchamento dos significados e das formas do secularismo, é possível ter uma percepção melhor da origem dos problemas que emergem no âmbito do Estado Secular. Tal percepção é de suma importância, pois, ao contrário do que se esperava, não há qualquer sinal de declínio da religiosidade ou da atividade das comunidades religiosas, de modo que a religião continuará presente na esfera pública e os conflitos continuarão surgindo.

## **2.2 ANÁLISE DO SECULARISMO NORTE-AMERICANO ATRAVÉS DO ESTUDO DE JULGAMENTOS RELEVANTES DA SUPREMA CORTE**

Processos contra igrejas e conflitos envolvendo manifestações religiosas (individuais e coletivas) têm sido cada vez mais comuns no Brasil e no mundo, de modo que a análise de suas motivações e das soluções encontradas pelas Cortes possibilitam a melhor compreensão do que está em jogo quando se fala em autonomia da igreja no Estado laico.

---

<sup>40</sup> DORSEN, Norman; ROSENFELD, Michel; SAIÓ, András; BAER, Susanne. **Freedom of religion and belief**. Comparative Constitutionalism Cases and Material, Second Edition. Página 1016.

<sup>41</sup> *Ibidem*, página 1076.

Nos Estados Unidos, o secularismo passivo é predominante em relação ao secularismo assertivo e a relação entre a igreja e o Estado é compreendida à luz da Primeira Emenda da Constituição norte-americana, a qual limita o poder do governo federal, garantindo que o Congresso não irá estabelecer uma religião oficial e que o direito à liberdade de exercício religioso será protegido, *in verbis*:

Emenda I

(Ratificada em 15 de Dezembro de 1791)

O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, nem proibir o livre exercício de uma; nem cerceando a liberdade de expressão, ou de imprensa; ou o direito de o povo se reunir pacificamente e dirigir petições ao Governo para reparação de injustiças.<sup>42</sup>

Assim, as emendas da Declaração dos Direitos norte-americana foram propostas como forma de proteger os direitos básicos, *“Porque muitos cidadãos temiam que o novo governo central estabelecido pela Constituição dos Estados Unidos se tornasse demasiado poderoso”*.<sup>43</sup>

De acordo com Kuru, a ausência de um antigo regime e a presença de um amplo pluralismo (imigrantes protestantes, católicos, judeus, indianos, escravos africanos) foram os principais fatores que levaram à emergência do secularismo e da liberdade religiosa como um processo político nos Estados Unidos.<sup>44</sup>

Além disso, quanto às condições históricas e às relações durante o período de formação do Estado laico, na América colonial, os grupos seculares não eram contra a presença da religião na esfera pública e havia consenso entre eles e os grupos religiosos. Dessa forma, uma vez que esses grupos concordavam a respeito da separação entre a igreja e o Estado, em nível federal, conforme estabelecido na Primeira Emenda, o consenso foi o que levou à predominância do secularismo passivo.

Ressalta-se também que as ideias liberais foram as principais influências por trás da Declaração de Independência dos Estados Unidos e da própria Constituição do país. Devido à influência do liberalismo, os americanos possuem firmes convicções políticas acerca do valor

---

<sup>42</sup> Tradução da Declaração dos Direitos para o português publicada pela Embaixada dos Estados Unidos da América. Disponível em: <https://photos.state.gov/libraries/adana/30145/publications-other-lang/PORTUGUESE-CONTINENTAL.pdf> Acesso em: 17/11/2018

<sup>43</sup> Tradução da Declaração dos Direitos para o português publicada pela Embaixada dos Estados Unidos da América. Disponível em: <https://photos.state.gov/libraries/adana/30145/publications-other-lang/PORTUGUESE-CONTINENTAL.pdf> Acesso em: 17/11/2018

<sup>44</sup> KURU, Ahmet T. **Passive and Assertive Secularism: Historical Conditions, Ideological Struggles, and State Policies towards Religion**. Cambridge University Press, 2011. Página 587.

da liberdade e do direito de professar sua fé sem qualquer restrição oficial<sup>45</sup>; nesse sentido, compreender a atuação da Suprema Corte norte-americana na proteção desses princípios é extremamente relevante para os objetivos do trabalho.

De maneira geral, o estudo dos casos *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* e *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*, ambos julgados pela Suprema Corte norte-americana, contribuirá para a compreensão dos desdobramentos práticos de várias teses deste trabalho e para a percepção da relevância jurídica do direito à liberdade religiosa em um país onde predomina o secularismo passivo, tal como no Brasil.

De maneira específica, a análise desses julgamentos é relevante, na medida em que 1) a realidade político-social dos Estados Unidos se assemelha, em diversos aspectos, à realidade brasileira; 2) a Primeira Emenda da Declaração dos Direitos norte-americana oferece bases teóricas importantes para a doutrina da autonomia da igreja e para a separação entre a jurisdição civil e a eclesiástica; e 3) a análise de casos norte-americanos facilitarão a compreensão de doutrinas e de estratégias de autores estudados no Capítulo 3.

Assim, é necessário esclarecer apenas que, enquanto o caso *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* demonstra a aplicação do instituto da exceção ministerial e a proteção do direito à liberdade de associação e da autonomia de uma associação religiosa; o caso *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission* demonstra a proteção do direito ao livre exercício religioso e da autonomia de um indivíduo.

### **2.2.1 HOSANNA-TABOR EVANGELICAL LUTHERAN CHURCH AND SCHOOL V. EQUAL EMPLOYMENT OPPORTUNITY COMMISSION**

A Suprema Corte norte-americana julgou, em 2012, um dos casos mais importantes dos Estados Unidos sobre liberdade religiosa, o caso *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission*. Em uma decisão unânime, a Corte reconheceu, pela primeira vez, o instituto da exceção ministerial às leis de discriminação trabalhista; afirmando que as igrejas e outros grupos religiosos devem ser livres para escolher e para demitir seus líderes sem interferência do governo.

---

<sup>45</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 56.

O caso começou quando Cheryl Perich, antiga professora da Igreja e Escola Evangélica Luterana Hosanna-Tabor, localizada em Redford, Michigan, apresentou uma denúncia à Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego – a qual possui legitimidade para atuar em nome de funcionários que tenham sido vítimas de discriminação –, alegando que havia sido demitida pela instituição, por motivos discriminatórios, em razão de deficiência.

O Sínodo Luterano de Missouri, do qual a igreja faz parte, distingue os seus professores entre *called* e *layed*.<sup>46</sup> Os professores vocacionados são aqueles considerados chamados por Deus para o ministério, sendo o cumprimento de determinados requisitos acadêmicos e a conclusão de um curso de teologia imprescindíveis à obtenção do título. Diferentemente, os professores seculares não precisam ser treinados pelo Sínodo, nem serem luteranos.

Os professores vocacionados têm um contrato de duração indeterminada, só podendo ser demitidos por justa causa e por maioria de votos da congregação, enquanto os professores seculares são contratados, após a aprovação do conselho escolar, por apenas um ano. Além disso, apesar de ambas as categorias exercerem basicamente as mesmas funções, os professores seculares só são contratados quando não há professores chamados disponíveis.<sup>47</sup>

Inicialmente, em 1999, Perich foi contratada como professora secular, porém, após concluir os seus estudos teológicos, foi convidada a se tornar uma professora vocacionada. Ela ministrava aulas de matemática, de estudos sociais, de ciências, de educação esportiva, de arte e de música, bem como aulas de religião quatro dias por semana, além de orar e de fazer devocionais todos os dias com os alunos.<sup>48</sup>

Infelizmente, em 2004, Perich foi diagnosticada com narcolepsia – doença cujos sintomas incluem crises de sono súbitas e profundas, das quais não é possível despertar. A professora pediu uma licença por invalidez à escola, porém, no dia 27 de janeiro de 2005, quando Perich comunicou ao diretor da escola, Stacey Hoeft, que ela poderia se apresentar para trabalhar no mês seguinte, Hoeft respondeu que a escola já havia contratado um professor secular para preencher a sua posição no restante do ano letivo.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> Os termos *called* e *layed* poderiam ser traduzidos para o português como “vocacionados” e “seculares”, respectivamente. “Vocação” e “chamado” são termos similares na Bíblia e derivam da expressão *kaleo* – que indica *chamar* ou *convocar* em grego. Assim, no contexto religioso, dizer que um professor é vocacionado significa dizer que a sua decisão de servir como professor foi fruto de um chamado feito pelo próprio Deus para o cumprimento de um propósito específico.

<sup>47</sup> 565 U. S. \_\_\_\_ (2012). Página 2.

<sup>48</sup> *Ibidem*, página 2.

<sup>49</sup> *Ibidem*, página 3.

Conforme a Suprema Corte registrou na sua decisão, no dia 30 de janeiro de 2005, a Igreja e Escola Evangélica Luterana Hosanna-Tabor reuniu a sua congregação e votou para oferecer a Perich uma “liberação pacífica” do seu chamado, pela qual a congregação pagaria uma parte de seus prêmios de seguro de saúde em troca de sua renúncia como professora vocacionada.<sup>50</sup>

Perich, entretanto, recusou-se a renunciar e apresentou uma declaração médica confirmando que ela seria capaz de retornar ao trabalho no dia 22 de fevereiro. Dessa forma, na manhã do referido dia, Perich se apresentou na escola, entretanto, Hoeft lhe pediu para sair e lhe disse que ela provavelmente seria demitida, ao que a professora respondeu que havia procurado um advogado e que iria buscar os seus direitos legais.<sup>51</sup>

O conselho escolar se reuniu naquela noite e enviou uma carta à professora declarando que a escola estava analisando o processo de rescisão do seu chamado, tendo em vista o seu comportamento de insubordinação e de desordem e o dano que ela havia causado à sua relação de trabalho ao ameaçar entrar com uma ação legal. Assim, no dia 10 de abril, a congregação votou para rescindir o chamado de Perich e, no dia seguinte, a Igreja e Escola Evangélica Luterana Hosanna-Tabor enviou-lhe uma carta de rescisão.<sup>52</sup>

Perich recorreu à justiça e, em janeiro de 2012, o seu caso foi finalmente julgado pela Suprema Corte norte-americana. A Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego, representando a professora, entrou com uma ação contra a Igreja e Escola Evangélica Luterana Hosanna-Tabor e alegou que Perich havia sido demitida injustamente pela escola, apenas como forma de retaliação em razão de ter ameaçado entrar com uma ação judicial. A Comissão requereu a reintegração da professora à sua antiga posição, além do pagamento de indenizações trabalhistas e de honorários advocatícios.<sup>53</sup>

Em contrapartida, Hosanna-Tabor invocou o instituto da exceção ministerial, alegando que a ação era incabível, em virtude da Primeira Emenda, uma vez que as demandas em questão envolviam a relação de emprego entre uma instituição religiosa e um de seus ministros. De acordo com a instituição, Perich era uma ministra religiosa, e ela havia sido demitida por motivos religiosos, na medida em que a sua ameaça de processar a igreja violou a crença do Sínodo de que os cristãos deveriam resolver as suas disputas internamente.

---

<sup>50</sup> *Ibidem*, página 3.

<sup>51</sup> *Ibidem*, página 3.

<sup>52</sup> *Ibidem*, página 4.

<sup>53</sup> *Ibidem*, página 5.



Ao decidir, a Suprema Corte ressaltou que ambas as Cláusulas da Primeira Emenda proíbem que o governo interfira na decisão de um grupo religioso de demitir um de seus ministros, haja vista que a Cláusula do Não Estabelecimento impede o governo de nomear ministros e a Cláusula do Livre Exercício impede que ele interfira na liberdade dos grupos religiosos de selecionar os seus próprios.<sup>54</sup>

A Primeira Emenda permite que as organizações religiosas estabeleçam as suas próprias regras e regulamentos e constituam tribunais internos para julgar as suas disputas. Nesse sentido, a Corte afirmou que era necessário respeitar a liberdade das organizações religiosas e aceitar como finais as decisões dos tribunais eclesiásticos acerca de questões de disciplina, de fé, de costume ou de lei.<sup>55</sup>

Em julgamentos anteriores envolvendo os direitos das organizações religiosas, o posicionamento da Suprema Corte foi no sentido de que se deve garantir às igrejas independência do controle secular e o poder de decisão de questões de governo, de fé e de doutrina, sem a interferência do Estado. Entretanto, foi apenas no caso *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission* que a Corte analisou a liberdade de uma associação para escolher os seus ministros em casos envolvendo discriminação no emprego.

Dessa forma, ao julgar o caso em questão, a Suprema Corte reconheceu a validade do instituto da exceção ministerial e o aplicou ao caso, asseverando que exigir que uma igreja aceite ou mantenha um ministro contra a sua vontade significa interferir no seu governo interno e, conseqüentemente, infringir a Primeira Emenda, a qual proíbe que o governo se envolva na tomada de decisões eclesiásticas e protege o direito dos grupos religiosos de professarem a sua própria fé e a sua missão através das suas agendas.<sup>56</sup>

Afirmou-se, ademais, que a aplicação da exceção ministerial não se restringe ao líder da congregação religiosa, mas abarca os seus diversos ministros. Assim, no caso de Perich, a Corte aplicou a exceção ministerial à professora, considerando determinadas características da sua contratação, tais como: 1) a obtenção do título de “Ministra da Religião” após completar oito cursos de nível universitário, em assuntos incluindo interpretação bíblica, doutrina da igreja e o ministério do professor luterano; 2) a sua eleição como ministra após votação da congregação.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, página 9.

<sup>55</sup> *Ibidem*, página 11.

<sup>56</sup> *Ibidem*, página 11.

<sup>57</sup> *Ibidem*, página 16.

A Corte também demonstrou que Perich aceitou o chamado formal ao serviço religioso, submetendo-se aos seus termos e reivindicando um subsídio disponível apenas para os funcionários que recebiam a sua remuneração pelo exercício do ministério. Além disso, apesar de ela lecionar diversas matérias seculares, Perich também era responsável por dar aulas de religião aos alunos quatro dias por semana e por realizar outras atividades de cunho estritamente religioso.

Nesse sentido, a Suprema Corte norte-americana concluiu que Cheryl Perich de fato era uma ministra da igreja, de modo que, em observância à Primeira Emenda, não seria possível realizar o julgamento da sua ação de discriminação trabalhista contra a Igreja e Escola Evangélica Luterana, tampouco reintegrá-la à sua antiga posição de professora na instituição ou lhe conceder o pagamento dos valores requeridos.<sup>58</sup>

A Comissão de Igualdade de Oportunidades de Emprego chegou a argumentar que a aplicação da exceção ministerial ao caso poderia incentivar a não responsabilização das organizações religiosas, em casos de retaliação contra funcionários, e conferiria aos empregadores religiosos liberdade irrestrita para violar leis trabalhistas.<sup>59</sup>

A Corte, entretanto, afirmou que o instituto da exceção ministerial somente impedia o julgamento do caso sob análise porque se tratava de um processo de discriminação no emprego trazido em nome de uma ministra, desafiando a decisão de sua igreja de demiti-la. Afirmou, dessa forma, que não houve a manifestação de nenhuma opinião sobre a possibilidade de a exceção impedir outros tipos de ações de funcionários contra os seus empregadores religiosos.<sup>60</sup>

Conforme afirmou o *justice* Samuel Alito, a questão central do caso de Perich era o fato de que, segundo alegou Hosanna-Tabor, a resolução interna de conflitos entre ministros religiosos e a instituição é um aspecto essencial da doutrina da igreja Luterana. Assim, não caberia às cortes civis questionar a dispensa da professora, pois isso implicaria no questionamento de uma decisão de governo interno e na violação da autonomia da igreja.

Além disso, Alito esclareceu que o termo “ministro” deve ser aplicado a qualquer “empregado” que lidere uma organização religiosa, que conduza os cultos de adoração e outras cerimônias importantes ou que atue como professor ou expositor da fé da organização. Nesse sentido, se o grupo religioso acreditar que a habilidade do empregado para exercer

---

<sup>58</sup> *Ibidem*, página 19

<sup>59</sup> *Ibidem*, página 20.

<sup>60</sup> *Ibidem*, página 21.

essas funções foi comprometida, a liberdade religiosa protege o direito do grupo de remover o empregado da sua posição.<sup>61</sup>

Alito destacou que, ao longo da história dos Estados Unidos, os corpos religiosos têm sido o maior exemplo de associações privadas que atuaram como escudo contra leis civis opressivas, protegendo o indivíduo do poder do Estado. O *justice* reconheceu, ainda, que é crucial salvaguardar a autonomia dos grupos religiosos e as Cláusulas Religiosas, as quais protegem uma esfera privada dentro da qual os corpos religiosos são livres para governar a si mesmos de acordo com suas próprias crenças.<sup>62</sup>

Perich e a Comissão tentaram argumentar que as organizações religiosas poderiam se defender das alegações de discriminação no emprego invocando somente o direito à liberdade de associação, sem recorrer às Cláusulas Religiosas; a Corte, contudo, considerou essa posição insustentável. Ela afirmou que a Primeira Emenda dá especial solicitude aos direitos das organizações religiosas, sendo inviável aceitar a visão de que as Cláusulas Religiosas nada têm a dizer sobre a liberdade de uma organização religiosa de selecionar seus próprios ministros.<sup>63</sup>

É possível perceber, pela análise do julgamento do caso *Hosanna-Tabor Church v. Equal Employment Opportunity Commission*, que o direito à liberdade religiosa e o direito à liberdade de associação – ambos protegidos pela Primeira Emenda, nas Cláusulas do Livre Exercício e do Não Estabelecimento – estão intimamente relacionados à proteção da autonomia da igreja.

Ao reconhecer formalmente a exceção ministerial, a Corte firmou o entendimento de que o Estado deve respeitar o governo interno das associações religiosas, sem interferir nas suas decisões internas, nem procurar alterá-las. Nesse sentido, a decisão ressaltou a importância do respeito aos limites jurisdicionais que existem entre a esfera da igreja e do Estado como forma de proteger os indivíduos de eventuais abusos do governo.

Com efeito, os tribunais civis não terão poder jurisdicional, para determinar a regularidade ou a validade do julgamento dos tribunais eclesiásticos, quando essa análise requerer a consideração de questões doutrinárias. Ademais, pessoas que se unem a um corpo religioso consentem implicitamente com o seu governo e devem se submeter a ele, pois seria um consentimento inútil e levaria à subversão desses corpos se qualquer membro que se

---

<sup>61</sup> *Ibidem*, página 2.

<sup>62</sup> *Ibidem*, página 3.

<sup>63</sup> *Ibidem*, página 14.

sentisse injustiçado pelas suas decisões apelasse para os tribunais seculares e a decisão que o ofendeu fosse revertida.<sup>64</sup>

Ressalta-se, entretanto, que caso Cheryl Perich houvesse sido contratada como professora secular e, pela análise das características da sua contratação, a Corte não pudesse identificá-la como uma ministra religiosa, não seria possível aplicar o instituto da execução ministerial ao caso; de modo que o ato de demissão praticado pela Igreja e Escola Evangélica Luterana Hosanna-Tabor seria examinado e julgado à luz das leis anti-discriminação norte-americanas.

### **2.2.2 MASTERPIECE CAKESHOP VS. COLORADO CIVIL RIGHTS COMMISSION**

Em junho deste ano, a Suprema Corte norte-americana julgou o caso *Masterpiece Cakeshop v. Colorado Civil Rights Commission*, cuja controvérsia teve início quando Jack Phillips, um confeitiro cristão do estado do Colorado, recusou-se a fazer um bolo de casamento para Charlie Craig e Dave Mullins, um casal homossexual, em razão da sua oposição religiosa ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

O casal entrou com uma reclamação, na Comissão de Direitos Civis do Colorado (estado que proíbe a discriminação baseada na orientação sexual), arguindo que a confeitaria violou a Lei Anti-Discriminação do Colorado. O casal obteve decisão favorável e os tribunais estaduais mantiveram a decisão até o caso finalmente ser julgado pela Suprema Corte.

No julgamento, a Corte decidiu, por 7 votos a 2, que o confeitiro, dono da *Masterpiece Cakeshop*, teve o seu direito constitucional à liberdade religiosa violado e que a decisão da Comissão de Direitos Civis do Colorado ofendeu a Cláusula do Livre Exercício Religioso, ao julgar o caso de forma intolerante e desrespeitosa às convicções religiosas que motivaram a objeção de Phillips, uma vez que a Cláusula impede que o governo imponha obrigações que sejam hostis ao livre exercício da religião,

O *justice* Anthony Kennedy<sup>65</sup> redigiu o voto da opinião vencedora, explicitando que o caso apresentava questões difíceis quanto à adequada conciliação de dois princípios: i) o Estado e as suas entidades governamentais possuem autoridade para proteger os direitos e a dignidade das pessoas homossexuais que são ou que desejam ser casadas, mas que enfrentam

---

<sup>64</sup> *Watson v. Jones*, 80 U.S.

<sup>65</sup> O *justice* Kennedy aposentou-se em julho deste ano e era considerado o fiel da balança, ou *swing vote*, nas deliberações mais controversas da Suprema Corte.

discriminação quando procuram bens e serviço; 2) todas as pessoas têm o direito de exercer as liberdades fundamentais protegidas pela Primeira Emenda.<sup>66</sup>

Kennedy ressaltou que, de acordo com os precedentes da Corte, o confeitiro poderia ter o seu direito ao livre exercício religioso limitado por leis de aplicação geral, entretanto, essa possibilidade nunca poderia ser considerada com hostilidade à fé do indivíduo, uma vez que a neutralidade é uma obrigação do Estado.

Conforme salientado pela Corte, a decisão da Comissão de Direitos Civis do Colorado foi incompatível com a referida obrigação. Nesse sentido, a Corte acolheu a alegação de Phillips de que a sua negativa de fazer o bolo foi um exercício do seu direito à liberdade de expressão e à liberdade religiosa, ambos protegidos pela Primeira Emenda; bem como rechaçou o posicionamento da Comissão, segundo o qual convicções religiosas não têm espaço na esfera pública, de modo que o confeitiro poderia crer, mas não poderia agir segundo a sua fé no âmbito comercial.<sup>67</sup>

A Comissão chegou a descrever a fé do Sr. Phillips como um argumento de retórica desprezível usado para ofender os outros, além de comparar a sua objeção à escravidão e ao holocausto. A Corte, contudo, demonstrou a hostilidade e a inconsistência da Comissão, em relação ao caso do Sr. Phillips, expondo outras decisões em que ela respeitou a objeção de consciência, dando razão a três confeitores que se negaram a fazer bolos com passagens religiosas e com imagens contrárias ao casamento homossexual.<sup>68</sup>

Percebe-se, portanto, que não houve respeito à exigência de neutralidade por parte do Estado e dos seus representantes, prevalecendo a hostilidade – ao invés da tolerância – em relação à manifestação das convicções cristãs do confeito no ambiente público. Ao desaprovar de forma infundada a atitude do confeitiro e, conseqüentemente, as suas próprias crenças religiosas, a decisão da Comissão ofendeu a Cláusula do Livre Exercício.

Dessa forma, a Suprema Corte invalidou a decisão da Comissão de Direitos Civis do Colorado, afirmando que, apesar de Phillips ter direito a um decisor neutro que daria consideração plena e justa à sua objeção religiosa, a Comissão foi hostil e inconsistente com a garantia da Primeira Emenda de que as leis devem ser aplicadas de uma maneira neutra em relação à religião.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> 584 U. S. \_\_\_\_ (2018). Páginas 1-2.

<sup>67</sup> *Ibidem*, página 13.

<sup>68</sup> *Ibidem*, página 14.

<sup>69</sup> *Ibidem*, página 18.

O *justice* Clarence Thomas também se manifestou para aprofundar a análise de outra questão importante: a proteção da conduta de Philips baseada no direito à liberdade de expressão. Thomas explicou que, anteriormente, ao interpretar o comando da Primeira Emenda acerca desse direito, a Corte fazia uma distinção entre regulação de discurso e regulação de conduta; afirmando que a regulação de conduta não ofende a liberdade de expressão.<sup>70</sup>

Entretanto, Thomas evidenciou que, apesar de a maioria das leis regular apenas condutas, é possível que elas afetem, indevidamente, a liberdade de discurso ao serem aplicadas. Assim, considerando que a proteção constitucional da liberdade de expressão vai além da proteção de palavras escritas ou faladas, Thomas afirmou que a Corte também protege condutas, quando essas são suficientemente expressivas, limitando a autoridade do governo de restringi-las ou de compeli-las.<sup>71</sup>

Segundo esse entendimento, no caso de Philips, a Corte considerou como expressiva a conduta de criar e de projetar bolos de casamento personalizados, entendendo que bolos de casamento de fato comunicam uma mensagem. Nesse sentido, forçar o confeito a criar um bolo de casamento, para Charlie e Dave, ofenderia a Primeira Emenda, pois isso iria requerer que ele, no mínimo, reconhecesse que casamentos entre pessoas do mesmo sexo são casamentos e que eles devem ser celebrados.<sup>72</sup>

A Corte, dessa maneira, valorizou e protegeu o direito à liberdade religiosa e à liberdade de expressão, além de delimitar o poder do Estado, reforçando que deve haver neutralidade e tolerância na aplicação da lei, principalmente nos casos que envolvam sinceras objeções de consciência por parte dos indivíduos.

O termo “objeção de consciência” designa a condição na qual o indivíduo está disposto a passar por extremas dificuldades para não realizar uma ação que seja contrária às suas crenças.<sup>73</sup> Não se trata de uma mera preferência moral, ela configura uma expressão da liberdade de consciência, a qual deve ser garantida pelo Estado a todos os indivíduos.

A consciência de um indivíduo constitui uma esfera soberana cujo Estado laico tem a obrigação de respeitar. O autor Abraham Kuyper enfatiza que o governo possui o dever de garantir a soberania da consciência, como forma de salvaguardar a liberdade pessoal, fazendo

---

<sup>70</sup> *Ibidem*, página 2.

<sup>71</sup> *Ibidem*, página 5.

<sup>72</sup> *Ibidem*, página 80.

<sup>73</sup> GREENAWALT, Kent. **Refusals of Conscience: What Are They And When Should They Be Accommodated?** *Ave Maria Law Review*, 2011. Página 50.

a liberdade de consciência ser respeitada pela igreja e protegendo-a contra o seu próprio despotismo.<sup>74</sup>

Ressalta-se, porém, que a separação entre a igreja e o Estado vai além da proteção do direito individual à liberdade religiosa, sendo ainda mais relevante por contrariar a perigosa noção de que a esfera política possui autoridade legítima e irrestrita sobre a vida dos cidadãos.

Trata-se de uma premissa do Estado democrático que os cidadãos possam gozar das liberdades de pensamento, de credo e de expressão. Dessa forma, o governo deve proteger a soberania da consciência, garantindo a liberdade civil para que uma pessoa possa: 1) crer e discordar daqueles que não creem; e 2) viver segundo a sua própria convicção e os ditames de seu próprio coração. É nesse sentido que a separação jurisdicional da igreja e do Estado é importante para manter a independência do indivíduo da tirania do totalitarismo.

---

<sup>74</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Páginas 113-115.

## **CAPÍTULO 3: A AUTONOMIA DA IGREJA E AS SUAS IMPLICAÇÕES CONSIDERANDO O DIREITO À LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A MISSÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO**

### **3.1 A DOCTRINA DA AUTONOMIA DA IGREJA E O SEU CONTEÚDO**

Neste capítulo, tratar-se-á de alguns questionamentos que surgem quando se afirma que a igreja possui uma jurisdição separada e distinta da jurisdição do Estado e que, nesse sentido, ela possui soberania para agir dentro da sua esfera conforme o seu próprio entendimento. Qual seria o limite dessa autonomia? Qual seria o papel do Estado nesse contexto? Essas perguntas devem ser analisadas e respondidas com a devida consideração à complexidade inerente ao tema da relação entre igreja e Estado.

Afirmou-se que, no Estado laico, assim como o Estado deve ser soberano e exercer o seu poder, as instituições religiosas também devem ter autoridade e autonomia para atuar; porém, cada um nos limites da sua própria esfera de jurisdição. É possível, entretanto, que haja conflitos entre essas esferas, pois questões controversas da vida social podem implicar na invasão indevida desses limites jurisdicionais.

A manutenção da soberania da esfera da igreja, de forma conjunta à esfera do Estado, é um desestímulo às concepções estatistas totalitárias e – na mesma medida – ao clericalismo ou ao integralismo medieval; haja vista que, enquanto a soberania e a autonomia da igreja limitam a atuação do governo e protegem a sociedade dos seus abusos, o Estado impede que a igreja tente subordinar toda a sociedade à sua autoridade.

Cécile Laborde, no seu livro *Liberalism's Religion*, defende que, numa democracia secular, apenas o Estado pode ser considerado soberano e que isso é uma pré condição para a existência de justiça. Apesar de reconhecer que o Estado deve respeitar a liberdade de associação da igreja – como um valor liberal fundamental –, a autora afirma que ele não divide a sua soberania com nenhuma outra instituição, uma vez que apenas ele pode definir os limites da jurisdição da igreja e, consequentemente, da sua autonomia.<sup>75</sup>

Ao defender a soberania exclusiva do Estado sobre todos os grupos e associações no seu território, Laborde afirma que a resolução de conflitos sobre justiça só possuirá autoridade

---

<sup>75</sup> LABORDE, Cécile. *Liberalism's Religion*. Harvard University Press. Edição do Kindle. Página 160.



e eficácia se advir de uma fonte de soberania final que todos na sociedade estejam igualmente submetidos e que seja capaz de definir e de garantir direitos iguais de liberdade.<sup>76</sup>

Assim, de acordo com a autora, o secularismo liberal pressupõe a soberania do Estado, o qual será competente para decidir conflitos de jurisdição entre a igreja e o Estado e para definir o que pertence ao âmbito religioso ou ao âmbito secular. Para ela, a exigência de neutralidade estatal não dissolve a necessidade de o Estado definir os limites da sua própria neutralidade, pois, ainda que haja dissenso entre os cidadãos, dever-se-á aceitar a legitimidade da soberania estatal, uma vez que ela decorre do contrato social firmado entre eles.<sup>77</sup>

Deve-se reconhecer que, se soberania significa o poder de determinar a extensão das esferas de jurisdição das associações religiosas e das demais instituições na sociedade, de fato, apenas o Estado é soberano. Inclusive, no início deste estudo, ao tratar da doutrina da soberania das esferas formulada por Abraham Kuyper, explicitou-se que é necessário haver uma regulamentação da relação entre as esferas e que isso deveria ser feito pela Constituição, ou seja, pelo Estado.

Além disso, segundo explica Kuyper, o Estado possui o direito, bem como o dever, de interferir nas esferas autônomas da vida: 1) quando esferas diferentes entram em conflito para forçar respeito mútuo entre os limites de cada uma; 2) para defender pessoas individuais e mais fracas contra o abuso de poder dos demais; e 3) para constranger todos a exercer as obrigações pessoais e financeiras para a manutenção da unidade natural do Estado.<sup>78</sup>

Esse entendimento, entretanto, não é incompatível com a ideia de que as associações religiosas possuem o direito de julgar as suas questões internas ou de, até mesmo, serem isentas do cumprimento de determinadas leis de aplicação geral. Afirmar a soberania da igreja não significa que ela possuirá poder ilimitado sobre os seus membros, tampouco significa que a igreja poderá desrespeitar as leis civis irrestritamente. Significa apenas que o Estado respeitará a igreja, na sua liberdade de associação, e garantirá a sua autodeterminação.

O respeito devido pelo Estado à esfera da igreja quer dizer, portanto, que o governo deverá reverenciar a lei inata que existe dentro dela, não impondo as suas leis de forma cega e abusiva. Assim, a soberania do governo está guardada e limitada por uma soberania que é igualmente relevante, de modo que o Estado é impedido de se tornar um octópode que asfixia a totalidade da vida e que age de forma onipotente.

---

<sup>76</sup> *Ibidem*, páginas 161-162.

<sup>77</sup> *Ibidem*, páginas 162-163.

<sup>78</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Páginas 103-104.

Ressalta-se, nesse sentido, que a doutrina da autonomia da igreja pretende preservar a integridade das associações religiosas, concedendo-lhes autoridade para exercer o seu governo através de institutos como a disciplina (correção ou exclusão de um membro de forma bíblicamente motivada) e a eleição de seus oficiais.<sup>79</sup>

Nesse sentido, a separação que existe entre a jurisdição da igreja e a jurisdição do Estado é o que permite que as associações religiosas escolham os seus líderes e se submetam ao seu governo; pois se igreja e Estado constituíssem uma única jurisdição, o governo poderia interferir nessas decisões e comprometer a integridade da estrutura da igreja.

Com efeito, os membros de uma igreja que nela ingressaram, de forma voluntária e proposital, submetem-se a um governo distinto do governo do Estado. Dessa forma, a instituição poderá tomar decisões sem que uma corte civil interfira e terá a prerrogativa de decidir quem poderá ser membro ou quem deverá ser expulso, cabendo ao Estado apenas respeitar essa esfera de autonomia e protegê-la através da lei. Esse deve ser o conteúdo do princípio da liberdade de associação garantido pela Constituição.

Portanto, não cabe ao Estado julgar a demanda de um indivíduo que tenha sido expulso de uma igreja e que, sentindo-se injustiçado, acionou o Judiciário com a intenção de conseguir o seu restabelecimento como membro ou de obter alguma reparação. Deve-se preservar a decisão tomada pela corte eclesiástica, uma vez que esse tipo de julgamento envolve puramente a aplicação de leis religiosas, as quais o indivíduo concordou em se submeter quando se tornou um membro da igreja.

O teólogo João Calvino afirma que a disciplina eclesiástica é uma questão doutrinária, de modo que aqueles que professam fazer parte de uma igreja devem ser julgados conforme a doutrina que ali é ensinada.<sup>80</sup> É função das autoridades eclesiásticas resolver os conflitos internos, aplicando a doutrina da igreja e, nesses parâmetros, exercer o seu governo.

No Brasil, como em outros países, é proibido haver discriminação na contratação ou na demissão de empregados, sendo vedada qualquer distinção, exclusão ou preferência, fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou de profissão.<sup>81</sup> Porém, caso isso fosse exigido das associações religiosas, graves prejuízos poderiam ocorrer,

---

<sup>79</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments**. Dunrobin Publishing, 2012. Página 85.

<sup>80</sup> CALVINO, João. **Institutas**, 4.11.5.

<sup>81</sup> Art. 1º, I, a, da Con. N. 111, da OIT. Disponível em [http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT\\_111.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_111.html) Acesso em: 12/11/2018

uma vez que faz parte do governo da igreja eleger e contratar pessoas que atendam aos requisitos específicos estabelecidos pela sua própria doutrina.

Conforme apontam os autores Robert J. Renaud e Lael D. Weinberger, no livro *A Tale of Two Governments*, o instituto da exceção ministerial demonstra a aplicação da autonomia da igreja no contexto da lei de contratação dos Estados Unidos, na medida em que reconhece a plena autonomia das instituições religiosas para selecionar os seus ministros.<sup>82</sup>

A tese da autonomia da igreja é amplamente observada pelos tribunais norte-americanos e a Suprema Corte já decidiu diversas vezes de forma favorável às igrejas em casos envolvendo a exceção ministerial. Inclusive, conforme analisado no Capítulo 2, foi no famoso julgamento do caso *Hosanna-Tabor* que a Suprema Corte reconheceu formalmente a exceção ministerial, entendendo que obrigar uma igreja a aceitar ou a manter um pastor indesejado, ou então puni-la por não o fazer, significa invadir mais do que uma mera decisão de emprego; tal ação interfere no governo interno da igreja.

Dessa forma, é possível que as igrejas que defendem a exclusividade masculina, no preenchimento dos cargos de liderança, sejam eximidas de observar a lei que proíbe a discriminação, uma vez que esse entendimento provém da doutrina que rege a igreja e, assim, o seu cumprimento mantém a integridade da instituição.

Por outro lado, ao negligenciar o entendimento de que a escolha dos líderes de uma igreja faz parte do seu governo e de que, nessa medida, o instituto da exceção ministerial precisa ser aplicado, as igrejas que seguissem a referida doutrina poderiam ser processadas simplesmente por não contratarem mulheres para o cargo de pastor.

De fato, o instituto da exceção ministerial garante a autodeterminação da igreja e protege o direito à liberdade de associação. É possível, contudo, que demandas trazidas à corte secular – nas quais igrejas ou membros figurem como parte – não requeiram a análise de questões teológicas e doutrinárias pelos magistrados civis. Nesses casos, os tribunais poderão proferir decisões sem que haja o desrespeito à autonomia da igreja ou a interferência do Estado no governo da igreja, uma vez que se tratará apenas da aplicação de princípios legais neutros.

Evidencia-se, assim, que proteger a autonomia das igrejas e a sua integridade não significa permitir que elas estejam acima da lei; antes, significa permitir que, em casos específicos, elas desfrutem de alguma imunidade do alcance da legislação.

---

<sup>82</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. *A Tale of Two Governments*. Dunrobin Publishing, 2012. Página 93.

Na Idade Média, a igreja encontrava-se no auge da sua autoridade, possuindo quase completa imunidade da jurisdição das cortes civis e de qualquer perseguição criminal. Porém, os abusos recorrentes e o enfraquecimento da autoridade da igreja levaram à restrição da jurisdição eclesiástica, ainda que sem a abolir por completo.<sup>83</sup>

De acordo com Robert J. Renaud e Lael D. Weinberger, a Reforma Protestante não negou a posição católica de que a igreja mantém a jurisdição sobre questões eclesiásticas e o Estado sobre questões civis. O que a Reforma fez foi tentar classificar a ofensa à jurisdição apropriada, com base na natureza da ofensa, e não com base no *status* do ofensor. Assim, não importa mais se quem cometeu o delito foi um clérigo ou não, importa, diferentemente, analisar se a conduta praticada é caracterizada ou não como um delito pela lei criminal.<sup>84</sup>

Dessa forma, os tribunais civis possuem autoridade para definir se a conduta violou a lei secular e, caso a resposta seja afirmativa, julgar o caso conforme a jurisdição do Estado. Isso não prejudica a autonomia da igreja, pelo contrário, isso demonstra que é necessário reconhecer e respeitar a soberania e os limites da esfera de jurisdição da igreja, a qual possui competência apenas para julgar os casos que envolvam a aplicação de leis eclesiásticas e a efetivação da doutrina do corpo religioso.

O tribunal, portanto, deverá iniciar a sua análise verificando se a conduta supostamente ilegal estava enraizada ou não numa crença religiosa, pois, caso a única forma de o magistrado determinar que um delito civil foi cometido for através da análise de questões doutrinárias, ele não terá jurisdição para decidir.

Como isso pode ser visto na prática? É possível exemplificar da seguinte forma:

Um excelente exemplo desse tipo de distinção na prática é uma decisão do Tribunal Superior de Rhode Island sobre uma reivindicação contra uma igreja com base em um alegado ato de abuso sexual por parte de um padre. Nesse caso, o tribunal distinguiu duas questões diferentes. Uma era se o padre poderia ser considerado responsável; a resposta foi sim, é claro. A segunda questão era se a igreja também deveria ser responsabilizada por não supervisionar adequadamente o padre. Sobre essa questão, o tribunal disse que não. Tal investigação foi barrada pela doutrina da autonomia, porque determinar se a diocese foi negligente exigiria uma investigação sobre a maneira como a igreja empregava o padre. A fim de tomar uma decisão sobre essa questão, o tribunal teria que decidir o que uma igreja “razoável” faria para supervisionar um padre, e isso exigiria um exame das “regras, políticas e doutrinas da Igreja Católica Romana”. Por causa desse elemento doutrinário, o tribunal reconheceu que esse exame é proibido pela Primeira Emenda.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments**. Dunrobin Publishing, 2012. Páginas 96-97.

<sup>84</sup> *Ibidem*, página 99.

<sup>85</sup> *Ibidem*, páginas 100-101. Tradução nossa.

Verifica-se, assim, que ambas as esferas de autonomia foram respeitadas pelo Tribunal Superior e que o Estado cumpriu o seu dever de punir. Contudo, surgem, novamente, questionamentos acerca dos limites da tolerância, em relação às condutas religiosamente motivadas, pois, para defender que o Estado não poderá julgar casos que envolvam questões puramente doutrinárias, é fundamental pressupor que a moralidade civil não entrará em conflito com uma doutrina religiosa.<sup>86</sup>

No Brasil, conforme mencionado no Capítulo 2, o secularismo passivo é dominante e, devido à forte influência do poder religioso na formação do Estado, a cultura e as leis do país carregam marcas da tradição judaico-cristã. Dessa forma, não é comum que a autonomia da igreja seja usada para justificar e para permitir condutas contrárias à moralidade civil, sob a alegação de que elas foram baseadas em convicções religiosas; porém, é necessário pensar no que fazer quando isso ocorre.

### **3.2 TOLERÂNCIA ATÉ QUE PONTO?**

A doutrina da autonomia da igreja protege a integridade e a identidade das associações religiosas ao defender que a atuação do Estado é limitada e que a esfera de soberania dos governos eclesiásticos deve ser respeitada. Essa doutrina, entretanto, não pode ser usada para eximir as igrejas, os seus membros ou os seus oficiais do cumprimento de leis criminais contra o abuso e contra a exploração; ou de leis civis de responsabilidade, de contrato e de propriedade.

Surge, assim, a seguinte pergunta: “O que diferencia essas leis da lei que proíbe a discriminação?”. Trata-se de uma questão difícil, de modo que é interessante pensar sobre o que separa o tolerável do intolerável envolvendo condutas religiosamente motivadas; e explorar, mais uma vez, as considerações feitas pela autora Cécile Laborde sobre o tema.

Segundo a autora, as associações religiosas podem se beneficiar de isenções especiais, mas isso não acontece porque a religião (ou a liberdade de religião) é especial. Conforme esclarece Laborde, qualquer direito de isenção que as associações religiosas tenham deriva do direito liberal à liberdade de associação e da importância do conceito de integridade coletiva.

---

<sup>86</sup> *Ibidem*, página 101.

A autora afirma que a ideia de integridade coletiva é complexa, porém, ao desagregar os interesses associativos que ela protege (interesses de coerência e interesses de competência), é possível justificar alguns dos direitos reivindicados pelas associações religiosas e aplicá-los, de modo semelhante, a outras associações.<sup>87</sup>

Com esse objetivo em mente, Laborde investiga quais são os interesses, os valores e as relações, das associações religiosas, capazes de dispensá-las do cumprimento de determinadas leis e afirma que as práticas religiosas podem se beneficiar de isenções especiais porque atendem a dois critérios: 1) interesses de coerência; e 2) interesses de competência.<sup>88</sup>

Dessa forma, as associações religiosas de fato possuem direito a um tratamento diferenciado pela lei, entretanto, elas não são as únicas associações detentoras dessa prerrogativa.

Laborde, portanto, explica que os interesses de coerência referem-se à capacidade das associações de viver de acordo com seus próprios padrões, propósitos e compromissos. Eles são os interesses que as associações têm em manter a sua integridade e a sua estrutura, as quais possibilitam que os seus membros cumpram o propósito que os motivou a se associarem.<sup>89</sup>

De acordo com a autora, em virtude desses interesses, as associações são voluntárias, possuem estruturas razoavelmente formais de autoridade e são formadas em torno de uma doutrina ou de um propósito específico. Nesse sentido, elas possuem a prerrogativa de determinar quem poderá ou não compor o seu rol de membros, mas apenas se a prerrogativa for em prol da doutrina ou do propósito da associação.<sup>90</sup>

Dessa forma, as associações religiosas possuem o direito de impor os seus padrões aos membros e de recusar a associação com aqueles que deles discordam. Essa discriminação não pode ser punida, pois é imprescindível à manutenção da integridade coletiva da associação, na medida em que não é possível existir uma associação religiosa que seja incapaz de requerer, como condição de membresia, a adesão aos seus próprios princípios religiosos.

Cécile Laborde explica que:

Impedir que os grupos imponham seus próprios critérios declarados de associação seria atacar o cerne da liberdade associativa. Assim, a Nação do Islã (“Muçulmanos Negros”) não pode ser forçada a admitir brancos, assim como igrejas supremacistas

---

<sup>87</sup> LABORDE, Cécile. **Liberalism's Religion**. Harvard University Press. Edição do Kindle. Página 161.

<sup>88</sup> *Ibidem*, página 174.

<sup>89</sup> *Ibidem*, página 178.

<sup>90</sup> *Ibidem*, página 179.

brancas não podem ser forçadas a admitir negros. De forma mais controversa talvez, a Escola Livre dos Judeus não pode ser forçada a admitir estudantes que a escola não considera (eticamente) judeus. Por analogia, o governo não pode forçar a Igreja Católica Romana a ordenar um clero feminino – desde que a doutrina estabelecida da igreja seja a de que somente homens podem ser sacerdotes. (...) Quando a discriminação é fundamentada na doutrina religiosa – por mais objetável que seja a doutrina – os tribunais devem tratá-la como um caso permissível de discriminação religiosa. Tal compromisso está, naturalmente, sujeito a controvérsias dentro da própria Igreja Católica, e há poderosos movimentos de reforma. Porém, não cabe aos tribunais forçar a igreja a mudar sua doutrina: os tribunais devem respeitar as estruturas existentes de autoridade dentro da igreja. A liberdade de associação não seria suficientemente robusta se não incluísse essa integridade associativa mínima.<sup>91</sup>

Ou seja, respeitar o direito à liberdade de associação significa proteger as estruturas internas das igrejas (e das demais associações) e respeitar as eventuais condutas consideradas discriminatórias (quando fundadas na doutrina professada), pois só assim os membros poderão viver segundo as crenças por eles professadas.

Conforme aponta John Rawls, o Estado não possui autoridade para tornar legítimas ou ilegítimas as associações, uma vez que isso está fora do seu âmbito de competência.<sup>92</sup> Além disso, o governo não poderá definir as condições de membresia das associações. Caberá a ele, entretanto, garantir a liberdade de consciência dos indivíduos que se tornarem membros, verificando se essa aderência se deu de forma voluntária e se é possível sair da associação sem um esforço excessivo.

Ainda sobre os interesses de coerência, Cécile Laborde prossegue a sua análise explicando quais tipos de associação possuem interesses de coerência relevantes, uma vez que apenas assim elas poderão ser candidatas à isenção de leis gerais.

Segundo a autora, a voluntariedade é a principal característica desse tipo de associação, além da necessidade de elas serem identificatórias, ou seja, os membros devem se identificar com os projetos e os compromissos que estão no centro da integridade da associação; de modo que exista coerência entre o propósito, a estrutura, a membresia e o público da associação.<sup>93</sup>

Implica-se, assim, que quanto mais próxima a política discriminatória da associação estiver do centro de suas práticas espirituais internas, mais relevante será a sua reivindicação de isenção com base em seus propósitos religiosos. Por outro lado, à medida que a prática se

---

<sup>91</sup> *Ibidem*, páginas 180-181. Tradução nossa.

<sup>92</sup> RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. M. Fontes, 2008. Página 261.

<sup>93</sup> LABORDE, Cécile. **Liberalism's Religion**. Harvard University Press. Edição do Kindle. Páginas 179-184.

distanciar das práticas e atividades religiosas centrais da associação, ela também se tornará menos relevante para a coerência associativa.<sup>94</sup>

A autora exemplifica esse último argumento da seguinte forma:

Uma mulher não pode se queixar de discriminação de gênero, quando é excluída do clero pela Igreja Católica, porque o compromisso com um clero exclusivamente masculino é (atualmente, e para o bem ou para o mal) central à doutrina católica. Mas uma mulher poderia apresentar uma ação de discriminação contra uma igreja protestante liberal (ou uma editora adventista) comprometida com a igualdade de gênero.<sup>95</sup>

Ressalta-se, ainda, que o Estado não poderá analisar se os critérios utilizados para a contratação ou para a demissão de um padre ou de um professor de religião foram discriminatórios, pois as atividades realizadas por eles são primordialmente religiosas. Porém, tratando-se da contratação ou da demissão, por exemplo, do zelador de uma igreja, cujas funções não possuem cunho religioso, caberá ao Estado analisar as condições empregatícias e intervir caso seja comprovada discriminação por motivos de raça, de gênero ou de sexualidade.

Enfim, ao demonstrar a relevância dos interesses de coerência, Laborde afirma que exigir que as associações demonstrem uma doutrina que fundamente a prática de um ato discriminatório, se quiserem discriminar, é uma restrição legítima à sua liberdade de expressão e à sua autonomia; pois, desse modo, a discriminação infundada será desestimulada e, ao mesmo tempo, respeitar-se-á o governo das associações, sejam elas religiosas ou não.<sup>96</sup>

Ainda analisando os direitos que as associações religiosas dispõem e as suas reivindicações de isenção no Estado Liberal, Laborde utiliza o método de desagregar os valores protegidos pela integridade coletiva (interesses de coerência e interesses de competência) e passa a demonstrar o papel dos interesses de competência para o seu estudo.

Segundo a autora, enquanto os interesses de coerência dizem respeito à capacidade das associações de viver segundo aquilo que professam, os interesses de competência referem-se à capacidade especial das associações de interpretar e de aplicar a sua própria doutrina.<sup>97</sup>

Assim, na medida em que a análise da interpretação ou da aplicação da doutrina de determinada associação (especialmente no caso das associações religiosas) demanda uma capacidade especial, inerente à própria associação, é possível compreender o motivo de os

---

<sup>94</sup> *Ibidem*, página 186.

<sup>95</sup> *Ibidem*, páginas 189-190. Tradução nossa.

<sup>96</sup> *Ibidem*, páginas 189-190.

<sup>97</sup> *Ibidem*, página 190.



tribunais não serem capazes de julgar casos que requeiram, da mesma forma, a análise da interpretação ou da aplicação da doutrina da referida associação.

Segundo Laborde, as associações religiosas têm fortes interesses de competência, o que justifica um alto grau de deferência judicial, mas não uma imunidade jurisdicional completa. Isso significa que os tribunais não terão competência para resolver questões teológicas e doutrinárias, pois o Estado não pode usurpar a competência específica da associação e desrespeitar os seus interesses de competência; porém, a resolução de questões teológicas e doutrinárias nem sempre será imprescindível para o julgamento de uma ação.

Nesse sentido, quando os tribunais investigam se uma razão religiosa foi usada como pretexto de uma decisão empregatícia, eles não estão automaticamente se envolvendo em questões teológicas. Em casos de discriminação, a questão não é se a razão alegada é verdadeira, mas sim se o réu acreditou que ela era verdadeira quando tomou a atitude questionada, ou seja, trata-se de uma investigação sobre a sinceridade.<sup>98</sup>

Ademais, conforme afirma a autora, esse entendimento não deve ser aplicado somente em relação aos interesses das associações religiosas. Os tribunais também não possuem competência para analisar, por exemplo, os critérios utilizados para a concessão de bolsas acadêmicas, em campos altamente especializados, pois, provavelmente, o Estado não possuirá o conhecimento teórico necessário para isso.

Cabe aos tribunais, portanto, apenas decidir se as razões baseadas na competência específica são meramente pretextos, haja vista que – embora um escritório de advocacia, uma universidade ou uma igreja possam ter experiência em saber quem é mais adequado para um trabalho – os tribunais têm experiência em avaliar provas circunstanciais para desmascarar a discriminação.

Assim, após demonstrar como a consideração e a análise dos interesses de coerência e dos interesses de competência contribuem para o debate acerca dos direitos das associações, Laborde encerra a sua argumentação defendendo que, apesar de as associações religiosas serem detentoras de fortes interesses de competência e de coerência, elas não possuem *Kompetenz-Kompetenz*, ou seja, elas não possuem a prerrogativa de determinar a sua própria esfera de autonomia e de definir os direitos e os deveres dos seus membros e empregados.<sup>99</sup>

Com efeito, a estratégia da autora de desagregar os interesses associativos protegidos pelo direito à liberdade de associação, distinguindo-os entre interesses de coerência e

---

<sup>98</sup> *Ibidem*, página 193.

<sup>99</sup> *Ibidem*, páginas 195-196.

interesses de competência, torna possível explicar por que os grupos religiosos têm direitos especiais e justificar a força normativa das associações religiosas de uma maneira mais estruturada e baseada em princípios.<sup>100</sup>

Nesse sentido, acredita-se que a tese de Laborde dialoga com as teses defendidas no presente estudo. Ainda que, segundo a autora, o Estado não divida a sua soberania com nenhuma outra instituição (pois apenas ele possui *Kompetenz-Kompetenz*), a ênfase dada ao direito à liberdade de associação demonstra a importância da autonomia da igreja no Estado laico.

De fato, apenas o Estado possui o poder de definir os limites da jurisdição da igreja, das universidades e das demais instituições da sociedade, porém, conforme previamente argumentado, reconhecer que existem diversas esferas de soberania – além da esfera do Estado – é uma forma eficaz de limitar o poder do Estado e de o impedir de agir de forma abusiva e ilegítima.

### 3.3 JUSTIÇA COMO MISSÃO DO ESTADO

Argumentou-se, até aqui, que a autonomia da igreja exerce um papel fundamental no Estado laico, uma vez que o poder estatal precisa ser limitado a fim de que os direitos à liberdade de crença e à liberdade de associação sejam devidamente garantidos.

O respeito do Estado às escolhas religiosas dos cidadãos e à organização interna das entidades religiosas é uma forma negativa de o Estado proteger o direito à liberdade religiosa. Entretanto, o Estado também protege esse direito de forma positiva, assegurando aos cidadãos o direito de conservar suas religiões, de exercê-las em público ou em particular, individual ou coletivamente e de não sofrer perseguições.<sup>101</sup>

Dessa forma, é necessário demonstrar que defender a limitação do poder do Estado não significa menosprezar a sua importância. A sociedade e as suas diversas instituições tendem a se desenvolver de forma desequilibrada, assim, a missão do Estado é promover a

---

<sup>100</sup> *Ibidem*, página 178.

<sup>101</sup> VERAS, Diego V. **Liberdade de crença X Criminalização da homofobia**. Disponível em: <https://dvv18.jusbrasil.com.br/artigos/195131111/liberdade-de-crenca-x-criminalizacao-da-homofobia> Acesso em: 12/11/2018

justiça pública, reconhecendo a autoridade das múltiplas esferas sociais e coordenando as suas pretensões de modo equilibrado e proporcional.<sup>102</sup>

Segundo afirma David T. Koyzis, promover a justiça não é simplesmente proteger e promover direitos, mas sim julgar de forma imparcial os interesses e as pretensões conflitantes. Isso significa, portanto, que o Estado é responsável por proteger as responsabilidades diferenciadas das diversas esferas de poder da sociedade, impedindo que cada esfera legítima seja invadida pelas demais.<sup>103</sup>

Nesse sentido, por ser a Constituição o alicerce da estrutura social e o mais elevado sistema de normas que regula e controla outras instituições<sup>104</sup>, caberá a ela regulamentar a relação entre as esferas sociais, coordenando de maneira justa e harmônica os interesses pluriformes da sociedade e definindo o que legitimamente faz parte do alcance da autoridade de cada estrutura.

Ressalta-se, porém, que, se o Estado possui todo esse poder, é necessário refletir sobre quem deverá assegurar que ele continue dentro dos seus limites normativos. Segundo Koyzis, o sistema de freios e contrapesos da Constituição limita o poder do governo; além disso, os magistrados inferiores podem ser constitucionalmente autorizados a frear o poder de um tirano em potencial; e os mecanismos democráticos também têm seu papel no estabelecimento de limites ao governo, pois onde quer que um governo seja regularmente obrigado a se sujeitar à decisão dos eleitores, será menos provável que ele se torne autocrático.<sup>105</sup>

Com efeito, a lei deve ser feita através da cooperação entre as esferas sociais e a esfera do governo. Atualmente, porém, uma vez que as instituições sociais não estão mais investidas com poder governante, é dever do Parlamento manter os direitos e as liberdades populares, de todos e em nome de todos, com ou contra o governo.<sup>106</sup>

Acerca da importância dos representantes eleitos para a estrutura social, John Rawls afirma que os partidos políticos não são meros grupos de interesses que fazem reivindicações ao governo em benefício próprio. Segundo ele, o princípio da participação obriga aqueles que estão no poder a ser sensíveis aos interesses do eleitorado e a apresentar alguma concepção do

---

<sup>102</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 319.

<sup>103</sup> *Ibidem*, páginas 313-314.

<sup>104</sup> RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. M. Fontes, 2008. Página 281.

<sup>105</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 316.

<sup>106</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Página 104.

bem público, promovendo os objetivos sociais e procurando aprovar uma legislação justa e efetiva, já que esse é o interesse primordial dos cidadãos em relação ao governo.<sup>107</sup>

É necessário salientar que diversas conclusões de Rawls sobre o papel do Estado e do conceito de justiça são incompatíveis com os argumentos deste estudo; porém, determinadas reflexões do autor acerca do conceito de sociedade bem-ordenada e das forças internas que mantêm o equilíbrio e a estabilidade sociais vão ao encontro das teses aqui defendidas e facilitam a sua compreensão.

De fato, o governo poderá ser lembrado da sua responsabilidade básica de fazer justiça e do seu dever de se manter dentro dos seus limites normativos através da atuação dos partidos políticos, mas também por meio das organizações políticas não partidárias e das demais esferas de autoridade da sociedade.<sup>108</sup>

Busca-se, nas palavras de Abraham Kuyper, “*assegurar ao povo em todas as suas classes e ordens, em todos os seus círculos e esferas, em todas as suas corporações e instituições independentes, uma influência legal e ordenada na produção da lei e no curso do governo num sadio sentido democrático.*”<sup>109</sup>

Ademais, embora o governo tenha a missão especial de promover a justiça, todos os cidadãos são convocados a fazer justiça na ampla gama de responsabilidades da vida, em vários contextos individuais e comunitários.<sup>110</sup>

Discorrendo acerca da tolerância para com os intolerantes, John Rawls sustenta que, se existe uma Constituição justa, os cidadãos justos devem lutar para preservá-la com todas as suas liberdades iguais, buscando garantir a estabilidade das instituições da sociedade, pois a estabilidade significa que, quando surgem tendências à injustiça, entram em ação outras forças a fim de preservar a justiça do arranjo como um todo.<sup>111</sup>

A tendência de uma sociedade é se desenvolver de forma instável e desequilibrada, sendo palco de conflitos entre as diversas esferas de soberania, as quais reivindicam mais do que lhes é de direito. Porém, uma vez que as estruturas básicas de uma sociedade são mais ou menos estáveis, dependendo do poder das forças internas disponíveis para devolver-lhes o equilíbrio<sup>112</sup>, através do incentivo à autodeterminação das diversas esferas de soberania

---

<sup>107</sup> RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. M. Fontes, 2008. Página 280.

<sup>108</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Página 318.

<sup>109</sup> KUYPER, Abraham; **Calvinismo**. Editora Cultura Cristã, 2003. Página 104.

<sup>110</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Páginas 317-318.

<sup>111</sup> RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. M. Fontes, 2008. Páginas 269-270.

<sup>112</sup> RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. M. Fontes, 2008. Página 564.

existentes, é possível que a sociedade se torne saudável e que haja o desenvolvimento equilibrado e proporcional do complexo de instituições políticas econômicas e sociais.

Assim, a missão do Estado deve ser buscar a justiça pública, que é expressão de uma sociedade dinâmica, onde nenhuma entidade individual ou comunitária pode crescer de forma cancerosa, à custa das demais. Não cabe ao Estado determinar o conteúdo substantivo das diversas esferas de soberania, nem exigir uma fidelidade ilimitada por parte dos cidadãos, mas sim assegurar a autodeterminação, reconhecendo a legitimidade de cada comunidade e protegendo-as legalmente.<sup>113</sup>

Dessa forma, a sociedade será mais saudável e haverá mais estabilidade e solidez na existência religiosa e ética dos indivíduos, pois a vontade mutável do Estado não será ilimitada e ele não será capaz de decidir como será a vida e a existência.

---

<sup>113</sup> KOYZIS, David T. **Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. Editora Vida Nova, 2014. Páginas 312-315.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinou-se, neste trabalho, em que medida a autonomia da igreja atua como limitadora do poder estatal e de que forma é possível conciliar os seus direitos e as suas prerrogativas com a neutralidade e o pluralismo característicos do Estado laico. Dessa forma, analisou-se o julgamento de casos envolvendo conflitos entre a esfera da igreja, do Estado e do indivíduo, demonstrando que existem várias esferas de governo soberanas e detentoras de autoridade legítima na sociedade e que a definição da extensão do poder do Estado não precisa ser deixada à discrição dos governantes.

Apresentou-se também – através da estratégia de desagregar os interesses protegidos pelo direito à liberdade de associação (interesses de competência e interesses de coerência) e de analisá-los separadamente – uma alternativa para discernir entre o que separa o tolerável do intolerável quando associações religiosas pretendem se beneficiar de isenções especiais da lei. Nesse sentido, argumentou-se que a missão do Estado não deve ser determinar o conteúdo de cada esfera da sociedade, mas sim julgar as pretensões das esferas de autoridade, agindo de modo a assegurar que elas tenham a oportunidade de se desenvolver de modo equilibrado.

Conforme já dito anteriormente, os debates envolvendo a separação entre a igreja e o Estado e as suas implicações estão muito presentes na sociedade moderna. A ideia de que a religião deve se limitar à esfera privada (à consciência dos indivíduos e ao ambiente familiar) ganha força em países como a França e o Nepal, de modo que há o incentivo do crescimento de um secularismo assertivo e de uma postura hostil do Estado em relação à religião, o que é extremamente nocivo em um contexto de pluralismo.

A organização cristã internacional Portas Abertas, que oferece suporte aos cristãos perseguidos por sua fé, tem acompanhado a perseguição de cristãos em todo o mundo desde a década de 1970. Uma das suas principais ferramentas para rastrear e para medir a extensão da perseguição no mundo é a Lista Mundial da Perseguição, a qual ranqueia os países ao redor do mundo com base no nível de perseguição sofrida por cristãos.<sup>114</sup>

De acordo com a Lista Mundial da Perseguição de 2018, estão entre os dez primeiros colocados os seguintes países: 1) Coreia do Norte; 2) Afeganistão; 3) Somália; 4) Sudão; 5) Paquistão; 6) Eritreia; 7) Líbia; 8) Iraque; 9) Iêmen; e 10) Irã.<sup>115</sup> Todos os anos a lista é atualizada e, além de considerar outros aspectos, ela avalia a liberdade que um cristão tem

---

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/> Acesso em: 12/11/2018

<sup>115</sup> Disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/artigo/listamundial> Acesso em: 12/11/2018

para praticar a fé nestas cinco esferas da vida: 1) individualidade; 2) família; 3) comunidade; 4) nação; 5) igreja.

Na esfera da individualidade, identifica-se a perseguição quando a pessoa não é livre para escolher qual religião quer seguir, nem para expressar a fé. Na esfera da família, o convertido enfrenta problemas em assuntos civis como casamento, divórcio e direitos de herança. Já na esfera da comunidade, o cristão tem dificuldade para acessar recursos de saúde, de educação e sofre discriminação no trabalho. Na esfera da nação, não há leis que garantam a liberdade de culto e de prática da fé, evangelizar é considerado um crime e, em casos mais extremos, converter-se também. Por fim, quanto à esfera da igreja, a perseguição ocorre através do confisco de materiais religiosos, além de existirem impedimentos para registrar e para construir igrejas e para realizar atividades comunitárias, como culto, reunião de oração e batismo.<sup>116</sup>

Apesar de a Lista Mundial da Perseguição analisar exclusivamente a perseguição sofrida pelos cristãos, o profundo nível de desrespeito à liberdade religiosa verificado é alarmante de maneira geral, uma vez que os indivíduos que professam qualquer crença religiosa estão suscetíveis a sofrer com as perseguições listadas. Assim, a realidade dos cristãos nesses países demonstra quão fundamental é a proteção dos direitos à liberdade de expressão e à liberdade de associação.

Conforme argumentado, proteger a autonomia da igreja, respeitar o seu governo interno, preservar a sua integridade coletiva e incentivar a sua autodeterminação são formas eficazes de proteger direitos e de limitar o poder estatal. Dessa forma, o nível de liberdade verificado na esfera da igreja de fato reflete o nível de liberdade religiosa existente em um país; nesse sentido, estudos que analisem o nível de liberdade nas outras esferas listadas pela organização Portas Abertas (individualidade, família, comunidade e nação) também são fundamentais para o debate acerca do Estado laico.

No Brasil, o secularismo passivo é predominante e o Estado não busca excluir a religião da esfera pública, pelo contrário, a Constituição brasileira protege a liberdade religiosa e incentiva a pluralidade. Com efeito, a autonomia da igreja não fere a neutralidade do Estado, nem prejudica o dever do Estado de proteger a liberdade de crença individual. Assim, as situações em que houverem embates entre as diversas esferas sociais (não apenas

---

<sup>116</sup> Disponível em: <https://www.portasabertas.org.br/artigo/entenda-a-lista> Acesso em: 12/11/2018

entre a esfera do Estado e a esfera da igreja) devem ser consideradas como campos em que o Estado estará pronto para garantir direitos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Reinaldo. **O IBGE e a religião.** Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>> Acesso em: 19 nov. 2018

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 19 nov. 2018

BRASIL. 4ª Vara de Família, Sucessões e Cível da Comarca de Goiânia/GO. Processo nº 200500667475. Juiz Jaime Rosa Borges.

CALVINO, João. **As institutas.** Cultura Cristã, 2006.

CONVENÇÕES DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **DISCRIMINAÇÃO EM MATÉRIA DE EMPREGO E PROFISSÃO.** Disponível em: <[http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT\\_111.html](http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_111.html)> Acesso em: 19 nov. 2018

DE ASSIS CALSING, Renata; SECUNDINO, Julio Edstron; SANTOS, Carolina Costa. **O ESTADO LAICO NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA LAICIDADE NOS ORDENAMENTOS JURÍDICOS BRASILEIRO E ESPANHOL.** Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor, v. 3, n. 1 Jan/jun, p. 45-80, 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA GABINETE DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS. **A Declaração dos Direitos.** Disponível em: <<https://photos.state.gov/libraries/adana/30145/publications-other-lang/PORTUGUESE-CONTINENTAL.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2018.

DORSEN, Norman et al. **Comparative Constitutionalism: Cases and Materials**, 2d (American Casebook Series). 2003.

FERRARA, Alessandro. **The separation of religion and politics in a post-secular society.** Philosophy & Social Criticism, v. 35, n. 1-2, p. 77-91, 2009.

GREENAWALT, Kent. **Refusals of Conscience: What are They and When Should They Be Accommodated.** Ave Maria L. Rev., v. 9, p. 47, 2010.

JORNAL NACIONAL. **Caso de Justiça.** Disponível em: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL559980-10406,00-CASO+DE+JUSTICA.html>> Acesso em: 19 nov. 2018

KOYZIS, David T. **Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas.** São Paulo: Vida Nova, 2014.

KURU, Ahmet T. **Passive and assertive secularism: Historical conditions, ideological struggles, and state policies toward religion.** World Politics, v. 59, n. 4, p. 568-594, 2007.

KUYPER, Abraham. **Calvinismo.** São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

LABORDE, Cécile. **Liberalism's religion.** Harvard University Press, 2017.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça.** 3ª Edição. Revisão Técnica: Álvaro de Vitta. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RENAUD, Robert J.; WEINBERGER, Lael D. **A Tale of Two Governments: Church Discipline, the Courts, and the Separation of Church and State.** Dunrobin Publishing, 2012.

SUPREME COURT OF THE UNITED STATE. **80 U.S. 679 (1871).** Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/80/679/>> Acesso em: 19 nov. 2018

SUPREME COURT OF THE UNITED STATE. **565 U. S. \_\_\_\_ (2012).** Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/11pdf/10-553.pdf>> Acesso em: 19 nov. 2018

SUPREME COURT OF THE UNITED STATE. **584 U. S. \_\_\_\_ (2018).** Disponível em: [https://www.supremecourt.gov/opinions/17pdf/16-111\\_j4el.pdf](https://www.supremecourt.gov/opinions/17pdf/16-111_j4el.pdf)> Acesso em: 19 nov. 2018

VERAS, Diego V. **Liberdade de crença X Criminalização da homofobia.** Disponível em: <https://dvv18.jusbrasil.com.br/artigos/195131111/liberdade-de-crenca-x-criminalizacao-da-homofobia>> Acesso em: 19 nov. 2018